

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 21

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ideia que vem e volta: o imposto sobre fortunas - CELSO MING 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento no Supremo põe em risco preservação da memória nacional (3) 4

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Problemas no CNIS podem prejudicar planejamento da aposentadoria; entenda 5

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil tem "tropa cibernética" de desinformação, diz estudo 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

Sepultadores pedem prioridade da categoria na vacinação contra a Covid-19 em São Paulo
..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Guedes corre mais risco com Lira do que com Maia", diz Mendonça de Barros 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Governo quer aprovar tudo" 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governabilidade premium - BRUNO BOGHOSSIAN 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro mente ao afirmar que apenas "ficou na torcida" 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes quer negociar com Congresso plano escalonado para recuperar economia 19

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão que avalia tributária pode ficar sem relatório final 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no Congresso reacende defesa das reformas por empresários 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco e Lira negociam aprovar Orçamento até março 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estabelece PEC Emergencial como prioridade 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor privado preocupa-se com agenda de reformas.....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Receita de Bolsonaro: sonegar - RUY CASTRO.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Dólar tem firme queda e bolsa sobe após eleições no Congresso.....	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Produção industrial recua 4,5% em 2020.....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Campos Neto: hora das reformas é agora.....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Centrão no comando (3).....	33
O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Brasil precisa somar esforços por reformas", diz novo presidente do Itaú.....	34
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Reformas se impõem no início do ano legislativo (3).....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Piora da pandemia traz risco de recessão.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Avanço da agenda de reformas é peça chave para fortalecimento do real.....	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA	
A matemática dos cargos é atropelada por 2022 - BRASÍLIA - DF.....	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER POLÍTICA	
Para saber se centrão é fiel, Planalto avalia mudar ministros a conta-gotas.....	44
O GLOBO - RJ - PAÍS POLÍTICA	
Eleição no Congresso muda equilíbrio das forças políticas.....	46

Ideia que vem e volta: o imposto sobre fortunas - CELSO MING

CELSO MING

O escritor Nelson Rodrigues ensinou que uma ideia comunicada apenas uma vez ou duas vezes continua inédita. É assim também com as análises sobre a ideia de criação de um imposto sobre grandes fortunas. A proposta vem e volta, seja para atender à quebra de arrecadação, seja para a necessidade de desconcentrar a renda. Esta Coluna já tratou do assunto em outras oportunidades, mas aí entra a observação do Nelson Rodrigues. Considerado esse grau de ineditismo, é preciso voltar ao tema, porque lá no Congresso, ao longo da discussão do projeto mais amplo de reforma tributária, há muita gente soprando nessa direção.

Do ponto de vista estritamente tributário, este é um imposto que implica administração complicada e trabalhosa por parte da autoridade fiscal e que, no entanto, arrecada pouco. Exige declaração prévia de bens. O contribuinte deve apontar, item por item, quanto vale seu patrimônio a preços de mercado e o Fisco se encarrega de conferir a procedência dos valores apontados e de cobrar o imposto devido.

Um dos problemas é o de que grande número de ativos que devem integrar uma lista de bens não tem valor de cálculo fácil para servir de base para a taxaço. Ações e investimentos financeiros podem ser automaticamente inventariados e corretamente avaliados, porque têm cotação diária. Mas glebas, imóveis, intangíveis (como marcas e direitos), semoventes (animais), obras de arte e empresas cujas ações ou cotas não são negociáveis em bolsa têm avaliação subjetiva e quase sempre contestável. Quanto vale a padaria do seu Manoel ou o depósito de bebidas situado na periferia de uma cidade? Para saber seu preço exato de mercado, teriam de ser vendidos. É um ponto em que as discordâncias entre o contribuinte e a Receita tendem a aumentar a judicialização de cobranças e estender a decisão final por anos a fio. Essa dificuldade é uma das razões pelas quais a declaração do Imposto de Renda apenas exige o valor histórico, ou seja, o preço de compra do bem apontado e não o valor atualizado.

O maior risco é o de que, uma vez instituído esse imposto, seja deflagrada uma fuga de capitais para países onde isso não existe. A França, por exemplo, teve de rever seu imposto sobre grandes fortunas

quando artistas (caso do ator Gérard Depardieu), atletas, celebridades e empresários decidiram mudar seu domicílio fiscal para outro país para escapar à taxaço.

Em dezembro, a Argentina aprovou esse imposto. Passa a incidir sobre contribuintes cuja fortuna supera os US\$ 2,4 milhões. Deve ser cobrado apenas uma vez. Pelos cálculos da receita da Argentina, cerca de 12 mil pessoas serão alcançadas pelo leão local. A expectativa é de arrecadação de 300 bilhões de pesos argentinos ou US\$ 3,4 bilhões pelo câmbio de hoje.

A Bolívia também foi por esse caminho, com a diferença de que o imposto será cobrado todos os anos. Alcançará fortunas superiores a 30 milhões de pesos bolivianos (US\$ 4,3 milhões). O governo sabe que apenas 152 pessoas estarão sujeitas a essa taxaço. Esse dado, por si só, mostra a limitação desse instrumento fiscal. Parece mais um teatro para dizer à população que a justiça tributária está sendo cumprida.

Pelas dificuldades operacionais que impõe a qualquer entidade arrecadadora, em quase todos os países onde foi instituído, esse imposto foi flexibilizado ou deixou de ser cobrado. Essa é a principal razão pela qual esse tributo, previsto na Constituição de 1988, nunca foi aprovado por aqui. A própria **Receita Federal do Brasil** o tem considerado administrativamente inviável.

Não confundi-lo com o imposto sobre heranças que, no caso brasileiro é cobrado pelos Estados, em geral à alíquota de 4%. Seu nome e sobrenome é Imposto sobre Transmissão, Causa Mortis e Doações (ITCMD). Mas, atenção, para que gere o imposto, o dono da fortuna tem de morrer ou fazer doação ainda em vida.

O sistema tributário brasileiro é tão confuso e tão regressivo (os mais pobres pagam mais proporcionalmente a seu salário), que a reforma tributária deve focar outras prioridades, como a necessidade de simplificação e de unificação dos impostos, e não essa encrenca aí.

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Julgamento no Supremo põe em risco preservação da memória nacional (3)

O "direito ao esquecimento" é um conceito surgido na Europa do Pós-Guerra, num contexto em que se tentava livrar do estigma criminosos de guerra que haviam ocupado papel secundário nos regimes fascista e nazista e já tivessem acertado as contas com a Justiça. Passou-se depois a apagar do registro criminal o nome de ex-presidiários que haviam cumprido a pena, para ajudá-los a reconstruir suas vidas. A ideia ganhou novo impulso, também na Europa, num caso em que dois alemães, condenados em 1993 pelo assassinato de um ator, cumpriram pena e conseguiram em 2009, na Justiça, que seus nomes fossem removidos da Wikipédia, decisão depois derrubada por uma Corte superior.

A facilidade de busca por informações na internet deu azo a um sem-número de pedidos judiciais para apagar arquivos das grandes plataformas digitais. Em 2014, o espanhol Mario Costeja conseguiu que a Justiça da União Européia retirasse do Google links que levavam a uma edição do jornal "LaVanguardia" que publicara edital pondo em leilão uma casa dele por dívidas com um congênere espanhol do **INSS**. Costeja já saldara o débito, e o caso consagrou nos tribunais da UE o "direito ao esquecimento" nos tempos digitais.

O risco desse tipo de decisão é cassar o direito da sociedade a ser informada e adulterar a memória histórica. Esconder fatos do passado traz prejuízo evidente ao trabalho dos pesquisadores do futuro e ao conhecimento das próximas gerações. Tal risco entrará na pauta de hoje do Supremo Tribunal Federal, no caso em que a família de Aída Curi, jovem estuprada e assassinada em 1958 em Copacabana, move contra a TV Globo, por haver levado ao ar o caso de forma dramatizada, em 2004, na série de programas "Linha Direta".

No processo, relatado pelo ministro Dias Toffoli, a defesa alega proteção da imagem da vítima e desejo de livrar a família de recordações dolorosas. Além de indenização, os parentes de Aída pedem a interdição de um crime de grande repercussão nacional.

Isso significa que os sites de busca podem ser obrigados a remover a história de seus arquivos e apagar o crime da memória. A decisão do STF terá "repercussão geral", quer dizer, servirá de precedente para todo o Judiciário. É imperativo, portanto, que o

Supremo decida em favor da liberdade de expressão, como fez em 2015, quando liberou a publicação de biografias não autorizadas. Naquele julgamento, um dos argumentos centrais foi justamente a preservação da memória nacional.

Impedir a divulgação de fatos do passado equivale, na descrição apropriada do advogado Gustavo Binenbojm, que defende a Globo, a uma "censura no retrovisor". Se alguma notícia é inverídica ou difamatória, há retificação, direito de resposta e todo o arsenal jurídico que a legislação garante a partes ofendidas. O que não existe na Constituição, nem em toda a legislação ordinária, é qualquer dispositivo que sustente algo como o "direito a ser esquecido". A sociedade é que tem o direito a preservar sua memória, por meio do relato fidedigno dos fatos públicos, de veracidade comprovada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Problemas no CNIS podem prejudicar planejamento da aposentadoria; entenda

Por G1 Ribeirão Preto e Franca

A Controladoria-Geral da União (CGU) identificou que o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), a base de dados mais utilizada para programar a aposentadoria, tem sido acessada por pessoas que não deveriam.

A plataforma valida o acesso referente a estagiários menores de idade, aposentados, pessoas mortas e ex-funcionários terceirizados, alerta o especialista em Previdência, Hilário Bocchi Júnior.

Você também tem dúvidas? Envie para o e-mail podeperguntar@eptv.com.br.

Simulação de aposentadoria

O **INSS** utiliza sua base de dados para calcular e informar o trabalhador sobre as hipóteses de aposentadoria.

O segurado, que não confiava no sistema, com esta auditoria da CGU tem mais um motivo para não se sentir seguro com as informações prestadas pela **Previdência Social**.

Calculadora incompleta

A calculadora do **INSS**, além de ser vulnerável, é incompleta. Muitos trabalhadores podem estar aposentados e nem sabem disso.

Na simulação de cálculo, a Previdência não converte em comum os períodos de atividades consideradas especiais (insalubres perigosas e penosas), não simula possibilidades de benefícios das pessoas com deficiência e não aponta as hipóteses de aposentadorias especiais.

Sempre para o mal

As informações erradas sempre prejudicam o segurado. Segundo o especialista, no CNIS de um trabalhador pode faltar períodos trabalhados e contribuições que foram feitas, mas também pode incluir períodos trabalhados que não são dele. Nos dois casos há prejuízo.

Se ele se aposenta sem um período trabalhado, o

benefício pode ser menor. Se ele se aposenta com um período que não é dele, o **INSS** pode cortar o benefício.

Cuidado redobrado

Quem vai se aposentar, e até quem já se aposentou, tem que ficar atento. O **INSS**, apesar deste deslize, não foi omissor.

No rodapé do CNIS a Previdência deixa claro que "o **INSS** poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato .

O **INSS** disponibiliza ferramenta para regularizar o CNIS no site MEU **INSS**.

Leia mais notícias sobre aposentadoria e direitos trabalhistas

Site: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/pode-perguntar/noticia/2021/02/03/problemas-no-cniss-podem-prejudicar-planejamento-da-aposentadoria-entenda.ghtml>

Brasil tem "tropa cibernética" de desinformação, diz estudo



Wilson Tosta

Uma pesquisa da Universidade de Oxford divulgada em janeiro apontou que 81 países - entre eles o Brasil - foram em 2020 cenários de ações de "propaganda computacional" e "desinformação industrializada" sobre temas políticos. Essas iniciativas foram promovidas profissionalmente por agências governamentais e outros atores institucionais ou privados - empresas, partidos e influenciadores digitais.

No estudo, o País aparece com "tropas cibernéticas" dedicadas a atacar opositores do governo e aumentar a polarização na sociedade, entre outras metas.

Em seu repertório de instrumentos, estavam as fake news.

Essas notícias falsas, inventadas para manipular a opinião pública, foram massificadas por robôs nas redes sociais.

"Na indústria da desinformação global, o Brasil está posicionado como um país com "tropas cibernéticas" de capacidade média", afirmou ao Estadão, em entrevista por e-mail, a pesquisadora Antonella Perini. Ela integra o Projeto de Pesquisa de Propaganda Computacional do Oxford Internet Institute (OII). O grupo de pesquisadores constatou que, em relação a 2019, houve crescimento no número de países com esse tipo de atividade.

Foi de 15,7%, 81 ante 70.

Ranking. O Brasil "garantiu" sua presença na lista de Oxford, posicionado entre países com média capacidade de desinformação industrializada, apontou a pesquisa Industrialized Disinformation 2020 - Global

Inventory of Organized Social Media Manipulation, lançada em 13 de janeiro. As ações de suas "tropas" foram marcadas por atividade recente, em caráter permanente, com alguma centralização, emprego de recursos financeiros e existência de uma coordenação central. O País está ao lado de Armênia, Austrália, Bolívia, Cuba, Hungria, Polônia, México, Síria, Turquia.

Ao todo, são 37 países nesse grupo. Empregam gente em tempo integral. Promovem ações "para manipulação de mídia social". Algumas operam até fora de seus respectivos territórios nacionais, diz o relatório.

"As mais utilizadas estratégias no Brasil foram mensagens pró-governo, ataques à oposição e polarização", disse Antonella Perini. "Mais frequentemente, os ataques são voltados contra jornalistas e meios de comunicação que são críticos ao governo, contra políticos e contra funcionários públicos." Classificação. Em primeiro lugar nesse ranking, a pesquisa da universidade britânica aponta um grupo com 17 outros países.

Suas "tropas", afirma, têm "alta capacidade" de desinformar. Estão lá Estados Unidos, China, Reino Unido, Índia, Rússia, além de Arábia Saudita, Venezuela, Irã, Iraque. Para "iludir" o público, usam notícias falsas e outros truques. Recorrem a contas automatizadas, campanhas organizadas de denúncia e até a perfis roubados. Suas atividades envolvem muita gente e grandes despesas. O dinheiro vai para operações psicológicas e guerra de informações.

"Essas equipes não operam apenas durante eleições, mas envolvem funcionários em tempo integral dedicados a moldar as informações", prossegue o relatório.

"Equipes de tropas cibernéticas de alta capacidade focam operações domésticas e no exterior. Também podem dedicar fundos à mídia patrocinada pelo Estado, para campanhas de propaganda aberta." O terceiro grupo tem baixa capacidade no campo da propaganda computacional. Estão lá 27 integrantes - Argentina, Colômbia, Espanha e África do Sul são alguns deles. Suas ações envolvem "equipes que podem estar ativas durante eleições ou referendos, mas param suas atividades até o próximo ciclo eleitoral".

Segundo o estudo, desde 2009, em todo o mundo, quase US\$ 60 milhões (mais de R\$ 300 milhões) foram gastos em serviços de desinformação.

Eles foram prestados por empresas privadas, em todo o mundo.

O número de campanhas de "propaganda computacional" dirigidas por governos ou partidos, cresceu constantemente ao longo dos anos pesquisados, aponta o trabalho.

"Em 2020, encontramos empresas privadas operando em 48 países, implantando propaganda computacional em nome de um ator político", diz o texto.

"Essas empresas costumam criar contas-marionete, identificar públicos para microdirecionamento ou usar robôs ou outras estratégias de amplificação para estimular a tendência de certas mensagens políticas." O mesmo relatório lembra como grandes plataformas de comunicação intervieram recentemente nesse cenário. Elas tiraram do ar contas aparentemente gerenciadas por "tropas cibernéticas", para ataques políticos.

Seis em cada dez municípios vivem "deserto de notícias"

Trinta e quatro milhões de brasileiros não têm acesso ao jornalismo local. Seis em cada dez municípios no Brasil estão nessa situação, chamada de "desertos de notícias". O dado faz parte dos resultados obtidos na quarta edição do Atlas da Notícia, divulgado ontem. O levantamento apontou aumento de 10,6% na base de veículos jornalísticos - com forte presença digital.

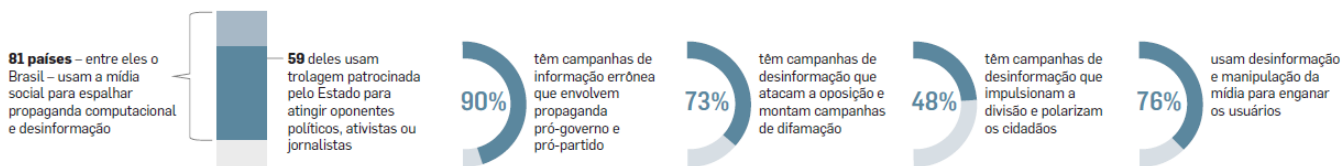
O registro desses novos meios de comunicação digitais levou à redução do número de "desertos" em cerca de 5,9% em relação à edição anterior da pesquisa, de um ano atrás.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

LEVANTAMENTO

- Pesquisa cita atuação de 'tropas cibernéticas' em dezenas de países dedicadas a atacar opositores do governo

Números pelo mundo



FONTE: PESQUISA INDUSTRIALIZED DISINFORMATION 2020 GLOBAL INVENTORY OF ORGANIZED SOCIAL MEDIA MANIPULATION, DO OXFORD INTERNET INSTITUTE, DA UNIVERSIDADE DE OXFORD

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Sepultadores pedem prioridade da categoria na vacinação contra a Covid-19 em São Paulo



Sepultadores lacram gaveta no cemitério da Vila Nova Cachoeirinha Ira Romão/Agência Mural

Ira Romão e Lucas Veloso

O sepultador James Gomes da Silva, 35, perdeu colegas de trabalho e amigos nos últimos meses por causa da pandemia de Covid. Na família, o irmão foi contaminado. Seu temor é que outros familiares também sejam infectados, principalmente os mais velhos e aqueles com comorbidades.

Morador de Cidade Tiradentes, zona leste da capital, ele atua no cemitério Vila Formosa, o maior da América Latina. Antes de março do ano passado, fazia, em média, 35 enterros diários, mas com a pandemia, são ao menos 60. E um sepultamento a cada 24 minutos.

Para ele, a vacina é uma esperança. Apesar disso, o profissional lamenta a ausência da categoria entre os grupos prioritários na fila da vacina.

"Como os profissionais de saúde, estamos na linha de frente e temos os riscos", diz. "Fechamos o ciclo da vida e acabamos esquecidos."

Carlos é nome fictício de um sepultador no cemitério São Luís, na zona sul, que não quis se identificar. Ele afirma que o preconceito das pessoas sempre foi percebido, mas aumentou na pandemia.

Para o servidor, estar entre as prioridades na vacinação seria um reconhecimento do trabalho executado por eles desde o início da pandemia.

Atualmente, a cidade de São Paulo tem cerca de 400

sepultadores, entre funcionários públicos e terceirizados. Nas periferias, onde a Covid-19 foi mais letal, o pedido para entrar no plano de vacinação oficial do Ministério da Saúde é ainda mais premente.

O Serviço Funerário do Município de São Paulo é responsável pela gestão e administração de 22 cemitérios municipais, um crematório, 12 agências de contratação de serviços funerários e 114 salas de velórios, distribuídos em todas as regiões da capital. Fiscaliza, ainda, 20 cemitérios particulares.

Há dez anos, Cláudio de Oliveira dos Santos, 46, atua como motorista no Serviço Funerário do Município de São Paulo. Morador do Jaçanã, zona norte, sua função é transportar pessoas mortas em hospitais, casas de repouso ou em casa e dos IMLs.

Para manejar os corpos é preciso usar EPI (Equipamento de Proteção Individual) como máscara e luvas. "Sempre tem um kit que o agente já sai com ele para realizar o traslado". Nos casos de Covid-19, em que o corpo é entregue ao serviço funerário envolto em um saco preto impermeável, o servidor ainda recebe um manto branco para envolver o cadáver. Não há velório.

"Temos família. A gente entra em hospital, manuseia o corpo, é uma classe que carece sim de ser vista pelas autoridades públicas como uma classe de fato essencial", diz Cláudio.

"Embora no papel seja considerada como serviço essencial, as autoridades não enxergam desta forma."

Ao longo da pandemia, Cláudio perdeu colegas e viu outros se afastarem. Sua esposa também foi contaminada pelo vírus, mas teve um grau leve da doença e logo se recuperou.

Faz coro o secretário de Comunicação do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo) João Batista Gomes, 55. "O efetivo do serviço funerário está sucateado, houve afastamentos do pessoal com mais de 60 anos e comorbidades -o que obrigou inclusive o serviço funerário a contratar trabalhadores terceirizados para dar conta do serviço",

diz ele.

Segundo Gomes, houve pedido aos responsáveis pela saúde no estado e no município para exigir a imunização para quem trabalha nos cemitérios. Ele critica o que chama de falta de transparência da Prefeitura de São Paulo em relação aos dados da pandemia entre a categoria.

"Infelizmente, esses dados não são públicos. Sabemos que houve quatro mortes de trabalhadores por Covid, mas é difícil vincular com o trabalho. Isso sem contar os terceirizados, que hoje são a maioria", afirma.

Questionada, a Prefeitura de São Paulo não respondeu às perguntas da reportagem até a conclusão desta edição.

O enfermeiro infectologista Milton Monteiro Jr. afirma que o plano de vacinação do Ministério da Saúde, ao mencionar exposição constante ao vírus, preveria os sepultadores entre os públicos prioritários na vacinação.

Mas o infectologista Renato Grinbaum sublinha que a transmissão do vírus é principalmente respiratória, e as normas do Ministério da Saúde exigem o fechamento dos caixões durante o sepultamento ou a cremação. "Isso diminui consideravelmente o risco para estes trabalhadores, como se observou na prática", avalia.

Para Grinbaum, é grande a importância dos funcionários do serviço funerário; há, porém, maior risco para quem atua nos hospitais com pacientes com Covid-19: "Eles [sepultadores] merecem atenção especial, mas os profissionais de saúde são aqueles que devem ser mais protegidos no primeiro momento".

Valdes Roberto Bollela, professor associado da FMRP-USP (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo), considera adequadas as prioridades iniciais dos planos de vacinação, que preconizam profissionais da saúde e pessoas idosas institucionalizadas.

"Entendo os profissionais dos serviços funerários, e que cemitérios têm exposição menor que a dos profissionais de saúde, mas maior que a da população em geral. Poderiam ser priorizados nas próximas fases da vacinação."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

"Guedes corre mais risco com Lira do que com Maia", diz Mendonça de Barros

Carolina Freitas

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES, afirma que o risco de Paulo Guedes deixar o Ministério da Economia aumenta com a mudança na presidência da Câmara dos Deputados. Na segunda-feira, os parlamentares elegeram Arthur Lira (PP-AL), candidato apoiado pelo governo, para o lugar de Rodrigo Maia (DEM-RJ). Mendonça de Barros diz que Guedes tem agora espaço e tempo limitados para as reformas e que, se exagerar na ambição, vai ser demitido.

O economista coloca um horizonte de três meses para ver como Guedes vai se comportar diante de Lira em relação à agenda econômica. Nesse intervalo, deve ser selado o destino do ministro. O novo presidente da Câmara, aponta Mendonça de Barros, não é afeito a valores liberais como era Maia.

"Maia teve uma atuação importante em relação à agenda econômica nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. Foram tempos conflituosos com o Ministério da Economia, mas por culpa do Paulo Guedes", afirma o economista. "É muito difícil lidar com o Congresso em relação a temas de economia de mercado. O governo precisa ter humildade - que não é o caso de Guedes - e estar preparado a aceitar situações que não são exatamente como ele queria, a negociar. Quem tem que mudar é Paulo Guedes, para extrair do Congresso o que é possível de ser extraído."

Mendonça de Barros diz que a estrutura do Congresso está afinada com Bolsonaro e que, se Guedes decidir enfrentar esse arranjo, perderá o cargo de ministro. "Bolsonaro está preparado politicamente para enfrentar os próximos dois anos de mandato, em aliança com o Centrão. Se Guedes não entrar nessa dinâmica, vai ser mandado embora", diz. "Vai depender do perfil psicológico de Guedes dentro dessa nova realidade política."

Para Mendonça de Barros, a agenda econômica "possível" em que Guedes deve apostar inclui a adaptação do Orçamento ao teto de gastos para acomodar a questão contábil de ter de recriar um auxílio emergencial. Além disso, o economista vê como provável o avanço do projeto que trata da independência do Banco Central. Para o ex-ministro,

no entanto, está descartado o avanço da **reforma tributária**. "Esquece, não vai sair. É melhor deixar como está", diz. "Não se mexe em algo tão complexo e construído ao longo de 30 anos, especialmente em ano pré-eleitoral. Só vai tencionar o ambiente."

O analista político Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores, também afirma que a equipe econômica deveria moderar expectativas. Ele afirma que, com Lira na Presidência da Câmara, o governo pagará mais caro por reformas menores do que as que poderia ter promovido no primeiro ano de mandato do presidente e com a Casa sob comando de Maia. Ribeiro diz que, em 2019, o governo "desperdiçou a chance de avançar na agenda econômica".

"O quadro no Congresso agora se assemelha com o do começo de 2019 em termos de haver um clima favorável à agenda do governo", afirma Ricardo Ribeiro. "A diferença é que agora o governo vai ter de pagar um preço muito mais alto, em cargos e verbas, para obter o que quer. O tempo para promover essas reformas também diminuiu brutalmente." O resultado deve ser a aprovação de medidas "desidratadas". Exemplo dessa perda seriam, na reforma administrativa, não conseguir cortar o percentual esperado de servidores e não fazer com que as mudanças tenham validade para funcionários públicos hoje em serviço.

Ribeiro antevê uma janela no Congresso para aprovação de medidas econômicas até novembro. Depois disso, as eleições presidenciais de 2022 vão contaminar qualquer debate. Para o analista, o ideal será que até o fim deste primeiro semestre os parlamentares tenham resolvido o Orçamento e a PEC Emergencial nas duas Casas.

Na visão do analista, o apoio do Centrão para o governo nestes primeiros meses de 2021 já foi precificado nos cargos e verbas negociados para a eleição de Lira. "Os acordos com Lira e o Centrão são muito pragmáticos. É toma-lá-dá-cá. Enquanto o governo atender aos pedidos do Centrão, o relacionamento será positivo."

Assim como Mendonça de Barros, Ribeiro não vê a **reforma tributária** como uma prioridade de Lira e acha improvável que o presidente da Câmara dê sequência ao projeto inspirado nas idéias do

tributarista Bernard Appy, que tinha sido apadrinhado por Baleia Rossi (MDB-SP) e Maia. Para o analista, deve ser aprovada nada mais do que uma "minirreforma tributária", com unificação do PIS-Cofins e ao menos a análise da proposta de Guedes para recriação da CPMF.

Para o analista político da XP Investimentos Paulo Gama, as medidas econômicas para reduzir os impactos da pandemia serão o primeiro teste do poder de fogo do governo junto à cúpula do Congresso.. A questão envolve fatores que serão decisivos também em outras pautas de interesse da equipe econômica: redução de custos de um lado e a pressão política para ampliar gastos de outro.

O analista prevê que fevereiro será tomado pela discussão sobre o Orçamento 2021 na Câmara e que o debate sobre a PEC Emergencial deve se prolongar até março, começando pelo Senado. Na PEC, as partes terão de tratar da redução de despesas e da obediência ao teto de gastos. Esses projetos vão balizar a discussão sobre quais benefícios o governo poderá oferecer diante da crise potencializada pela pandemia. O cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria, espera que até o fim de abril o governo seja capaz de tratar com o Congresso desses temas centrais da agenda fiscal. "Para afastar o risco gerado pela falta de confiança."

Cortez lembra que Lira e o Centrão não são agentes de reformas econômicas, mas, por outro lado, não há emenda constitucional que seja aprovada sem o apoio desse grupo. "Lira não será um porta-voz da pauta liberal do ministro da Economia. Será tarefa de Guedes dar peso à sua agenda."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

"Governo quer aprovar tudo"



O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), acredita que a vitória de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Casa vai facilitar o andamento das reformas estruturantes, sobretudo a tributária e a administrativa. Segundo o parlamentar, "o governo quer aprovar tudo".

Conforme Barros, os temas mais importantes para o Executivo, neste ano, serão as pautas econômicas, como acelerar a tramitação da **reforma tributária**. O deputado comentou que o relatório final vai contemplar todas as propostas em análise pelo Congresso: o texto do Executivo - que une PIS e Cofins em um único encargo, a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) - e as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o assunto: a 45, da Câmara, e a 110, do Senado.

O pacto federativo, a autonomia do Banco Central e a PEC Emergencial, que trata da regulamentação dos gatilhos a serem acionados no caso de descumprimento do teto de gastos, também são do interesse do governo, de acordo com o líder.

"A agenda econômica é a autonomia do Banco Central, agora, em princípio. Depois, a desindexação, descarimbar o dinheiro público, que é o Pacto Federativo. E os gatilhos que nós precisamos estabelecer para as despesas públicas serem contidas: precisamos conter a despesa e manter o teto de gastos", enfatizou.

Barros negou que o governo pense em prorrogar o pagamento do auxílio emergencial instituído em 2020 em função da pandemia do novo coronavírus. Segundo ele, para não deixar os mais vulneráveis de lado, o governo deve aprimorar o Bolsa Família.

"O cenário em análise é a ampliação do Bolsa Família. Votar o Orçamento é fundamental, é uma das matérias importantes do Congresso; precisamos votar o Orçamento e, dentro dele, encontrar espaço para ampliar o Bolsa Família, atendendo a mais brasileiros."

Majoria ampliada Na avaliação do líder, o Palácio do Planalto conseguiu ampliar o seu apoio entre os deputados com a eleição de Lira. Segundo o parlamentar, o resultado expressivo em favor do alagoano, que recebeu 302 votos, foi a prova de que o presidente Jair Bolsonaro, agora, conta com o apoio de legendas que, até então, não faziam parte da base governista na Câmara.

"O Democratas já está alinhado com o governo, e o MDB também está alinhado com o governo. O PSDB é um partido que não será base do governo, mas tem compromisso programático com as reformas, então, votará conosco. Não vejo dificuldades na articulação para formar maioria e votar as reformas de que o Brasil precisa", comentou. (AF e LC)

Governabilidade premium - BRUNO BOGHOSSIAN

BRUNO BOGHOSSIAN

Depois de dois anos no Planalto, Jair Bolsonaro finalmente assinou o pacote premium de governabilidade no Congresso. A aliança com os partidos do centrão já foi selada nas eleições da Câmara e do Senado, mas ainda resta saber que tipo de governo esse pacto vai produzir.

O presidente procurou uma base de apoio, em primeiro lugar, para se proteger das investigações que cercam sua família e dos efeitos políticos do desastre oficial na pandemia. Amparado, ele também gostou da ideia de aproveitar as novas amizades para tentar aprovar alguns itens de sua agenda de campanha.

Os olhos do centrão podem estar brilhando diante das regalias governistas prometidas por Bolsonaro, mas isso não significa que velhos entraves vão desaparecer de uma vez.

Na economia, os novos chefes do Congresso disseram que pretendem aprovar uma reforma administrativa e uma reforma tributária. Faltou lembrar que nem Bolsonaro nem os parlamentares estão interessados em mexer nas carreiras de servidores ou ressuscitar a CPME. O acordo pode produzir, no máximo, um par de reforminhas com baixo impacto sobre as contas públicas.

Bolsonaro só conseguiria tirar proveito de algum impulso de governabilidade se houvesse um plano concreto de governo. A primeira metade de seu mandato provou que o Planalto está longe disso - e ainda consegue sabotar o que poderia dar certo, como é o caso da vacinação.

Com o apoio de um centrão conservador, o presidente deve se distrair com uma agenda de costumes. Assim, ele pode mobilizar sua base popular e atrair de volta alguns eleitores insatisfeitos. Se a economia continuar no buraco, porém, esses humores não devem durar muito.

Horas depois da vitória de Arthur Lira (PP) na Câmara, os operadores políticos do centrão pareciam otimistas com a possibilidade de aprovar até alguns projetos espinhosos da pauta do governo. Um dirigente dizia que Bolsonaro terá força para isso "senão fizer besteira". Há quem acredite em milagres.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

26

Bolsonaro mente ao afirmar que apenas "ficou na torcida"

Ricardo Delia Coletta - Brasília Fábio Zanini São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) mentiu nesta terça-feira (2) ao dizer que "apenas ficou na torcida" nas eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

"[Os] parlamentares, no meu entender, escolheram bons candidatos. Hoje continua. Eu apenas fiquei na torcida", disse o presidente, em conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. A declaração foi transmitida por um site bolsonarista.

A fala do mandatário vai na contramão da atuação do Palácio do Planalto -que prometeu cargos e emendas para beneficiar a candidatura do novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)- e também de declarações prévias do próprio Bolsonaro.

Na semana passada, por exemplo, após uma reunião com parte da bancada federal do PSL, Bolsonaro disse que "se Deus quiser" ele iria influir na presidência da Casa.

"Viemos fazer uma reunião aí com 30 parlamentares do PSL e vamos, se Deus quiser, participar, influir na presidência da Câmara, com estes parlamentares, de modo que possamos ter um relacionamento pacífico e produtivo para o nosso Brasil", declarou Bolsonaro na ocasião.

Na noite de segunda-feira (1º), Lira foi escolhido o novo presidente da Câmara dos Deputados. No Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi eleito por seus pares para ficar à frente da Casa neste biênio.

Ambos venceram com o apoio declarado de Bolsonaro, para quem o resultado na Câmara foi especialmente importante por representar a derrota do grupo político do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) - considerado um adversário pelo Palácio do Planalto.

Bolsonaro determinou que seus ministros atuassem para ajudar Lira a vencer, e o Planalto fez uma série de promessas envolvendo emendas e cargos.

O Executivo também retaliou congressistas que tinham espaços na máquina federal e que declararam voto em Baleia Rossi (MDB-SP), principal adversário do líder do centrão na Câmara.

Diferentemente do que fez em anos anteriores, o governo abriu o cadastro para inscrição de municípios em programas federais que terão verbas carimbadas por deputados. Na prática, trata-se de um compromisso assumido por Lira e pelo governo federal em troca do apoio na eleição.

Para disponibilizar o dinheiro para honrar as promessas, porém, será necessário aprovar o Orçamento ou um projeto que abra crédito extra. Segundo as informações do governo, já foram cadastrados os pedidos de cerca de 600 municípios, que registraram demandas que giram em torno de R\$ 650 milhões.

Em outra frente, de acordo com relato de congressistas, o Executivo fez uma série de nomeações em cargos de segundo escalão e estaduais durante o mês de janeiro.

Na manhã desta terça, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) também comentou o resultado das eleições da Câmara e do Senado.

Questionado se havia algum constrangimento por Lira ter sido um aliado do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), e pela associação do Planalto ao centrão, Mourão disse que é preciso "saber trabalhar com as peças que estão no tabuleiro".

"Essas coisas não passam por mim. Agora, o que eu já comentei aqui para alguns de vocês: quando o presidente não fez ligação com o Congresso, ele não estava indo bem porque não tinha ligações com o Congresso. Agora ele tem ligações e é aquela história, tem que saber trabalhar com as peças que estão aí no tabuleiro." Com apoio de Bolsonaro, Lira é o principal líder do chamado centrão, bloco de partidos de centro e de direita conhecidos como adeptos do "tomã lá, dá cá" (apoio em troca de cargos e verbas).

Na campanha de 2018, Bolsonaro, então no PSL, dizia que os dirigentes do centrão eram "a alta nata de tudo o que não presta no Brasil".

"Se eu apresento o ministério para um partido com objetivo de comprar voto, qualquer um pode então me questionar que estou interferindo no exercício do Poder Legislativo", disse à época.

Também em 2018, o hoje ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Augusto Heleno, chegou a cantarolar "se gritar pega centrão, não fica um meu irmão" em encontro do PSL.

Agora, dirigentes dizem que a aproximação com o governo em 2020 foi possível porque Bolsonaro corrigiu problemas de comportamento.

-

Bolsonaristas festejam como uma segunda posse

A vitória esmagadora de aliados do governo nas duas Casas do Congresso foi saudada pela base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro como uma espécie de recomeço. Algo como se tivesse ocorrido uma segunda posse, com novo impulso para uma gestão que acaba de chegará metade de seus quatro anos.

Um texto que circulou em grupos de apoio ao presidente no WhatsApp resume essa sensação de que agora tem início uma espécie de segundo mandato de Bolsonaro dentro do primeiro.

"Bolsonaro está num momento especial. Vai poder aprovar a PEC da Bengala e tirar quatro ministros do STF. Isso vai impactar direto na vida dos brasileiros. STF, Câmara e Senado a favor do governo será a sentença de morte para esses ratos de porão que impedem o Brasil de ser uma grande nação", diz o texto, não assinado.

A referência à chamada PEC da Bengala seria o retomo da aposentadoria compulsória de ministros do Supremo Tribunal Federal para 70 anos, o que de imediato abriria mais três vagas na corte (e não quatro). As chances de algo assim prosperar são pífias, mas os bolsonaristas estão se dando o direito de sonhar alto.

Site alinhado ao presidente, a Gazeta Brasil cobrou de Arthur Lira que ajude a aprovar a pauta do governo, especialmente a econômica. "Contamos com você [Lira] para que as propostas sigam seu rumo, que não fique sentado em cima das reformas", pediu.

Em linha semelhante foi o Terra Brasil, outro veículo da mesma estirpe. "Comesse resultado e o da vitória de Rodrigo Pacheco no Senado, o presidente Bolsonaro terá caminho aberto para botar em prática sua agenda econômica e [as reformas] que foram rechaçadas por Rodrigo Maia, que boicotou suas bandeiras." A platéia bolsonarista clama, num primeiro momento, pela retomada da agenda econômica, pois sabe que o aumento do desemprego é a maior ameaça à sobrevivência política do presidente.

Embora Maia tenha sido fundamental na aprovação da reforma da Previdência e de outras medidas, ele passou a ser atacado por supostamente ter sido um empecilho ao avanço dessa pauta.

Assessor internacional da Presidência, Filipe Martins comemorou o resultado listando uma série de supostos problemas criados pelo agora ex-presidente da Câmara dos Deputados.

"Só para lembrar que Rodrigo Maia, além de ter bombardeado o Brasil com "pautas bombas", sabotou a **reforma tributária**, a reforma administrativa, a PEC emergencial, o novo regime do pré-sal, a nova lei do gás, a privatização da Eletrobras e de inúmeras empresas e muito mais", escreveu.

Mas a pauta econômica não é a única que interessa aos apoiadores do presidente. Se num primeiro momento o foco é na agenda de reformas defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia), logo atrás vem a defesa de medidas que dizem respeito a valores e costumes, a chamada "pauta ideológica".

Nela, estão incluídos pontos como a ampliação do acesso às armas, educação domiciliar, restrições ao aborto, endurecimento penal e até o voto impresso.

Como resumiu o Jornal da Cidade Online, um dos mais aguerridos veículos de suporte ao presidente da República: "A eleição de Bolsonaro não tem relação apenas com o fato de a população brasileira ter se descoberto de direita e conservadora. Tem a ver também com o resgate de valores que estavam adormecidos na população, como patriotismo e valores morais/éticos e o fortalecimento da família".

E conclui, resumindo o sentimento eufórico dos apoiadores do presidente Bolsonaro no dia seguinte a uma de suas mais importantes vitórias políticas: "O bolsonarismo avança. A velha mídia, que afirmava que a onda Bolsonaro limitou-se a 2018, ainda não entendeu nada"

-

"[Os] parlamentares, no meu entender, escolheram bons candidatos. Hoje continua. Eu apenas fiquei na torcida Jair Bolsonaro presidente, na terça (2)

"Viemos fazer uma reunião aí com 30 parlamentares do PSL e vamos, se Deus quiser, participar, influir na presidência da Câmara" presidente, na semana passada

"Contamos com você [Lira] para que as propostas sigam seu rumo, que não fique sentado em cima das

reformas" Gazeta Brasil site alinhado ao governo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

26

Guedes quer negociar com Congresso plano escalonado para recuperar economia

Bernardo Caram, Fábio Pupo e Thiago Resende

O Ministério da Economia quer negociar com a nova cúpula do Congresso um plano escalonado de medidas. A ideia é começar por ações consideradas menos polêmicas e caminhar para propostas que hoje não têm consenso, como a criação de um imposto sobre transações financeiras aos moldes da extinta CPMF.

Segundo membros da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), a eleição de aliados do governo para o comando do Legislativo abriu uma janela de oportunidade que pode ser a última deste mandato do presidente Jair Bolsonaro. A avaliação é que o período propício para a aprovação de propostas de impacto, como as reformas administrativa e tributária, deve durar apenas até setembro deste ano.

A partir do último trimestre, auxiliares do ministro acreditam que os deputados e senadores passarão a se ocupar das articulações para a eleição presidencial de 2022, o que pode inviabilizar o andamento da agenda de reformas estruturais. Por isso, preferem objetividade na discussão das prioridades.

Até esta terça-feira (2), Guedes não havia se encontrado com os presidentes eleitos da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mas ligou para os dois e os parabenizou pelo resultado das votações. O ministro planeja conversar pessoalmente com Lira e Pacheco nos próximos dias.

Interlocutores defendem, no entanto, que as negociações com o Congresso sejam abertas na próxima semana, depois que os deputados e senadores solucionarem embates internos, como brigas entre blocos partidários e discussões sobre o comando de comissões e a relatoria de propostas.

A estratégia avaliada pela pasta prevê que as negociações sejam feitas em etapas, com algumas frentes de atuação. No primeiro momento, seria priorizada a aprovação do Orçamento deste ano e a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal para aliviar o caixa do governo em momentos de crise.

Conforme mostrou a Folha, a não aprovação do Orçamento colocou em risco gastos considerados essenciais, como salário de militares e repasses para a educação básica.

As aprovações do Orçamento e da PEC Emergencial são consideradas fundamentais para discutir eventuais medidas voltadas aos vulneráveis com o devido remanejamento ou corte de recursos de outras áreas.

Parlamentares que acompanham as negociações afirmam que a CMO (Comissão Mista de Orçamento) deve ser instalada na próxima semana. Em previsão otimista, as contas de 2021 estariam aprovadas no fim de fevereiro ou no início de março.

Considerando um cenário de aprovação também da PEC Emergencial, o governo pretende avaliar o espaço que seria aberto no Orçamento deste ano. A equipe de Guedes defende que novas medidas, como eventual pagamento de parcela do auxílio emergencial ou criação de um novo programa social, possam ser anunciadas apenas após esse diagnóstico.

Apesar da pressão pelo auxílio, a avaliação interna é que a economia continua aberta -e, portanto, a necessidade da medida é menor do que em 2020. Joga a favor dessa ideia o provável recuo do governo de São Paulo em medidas de restrição a bares e restaurantes após protestos de empresários.

Ainda a curto prazo, podem ser reeditadas medidas adotadas em 2020 para minimizar os efeitos da pandemia -todas sem impacto fiscal e sem necessidade de aprovação do Congresso para começarem a valer.

Entre as ações em estudo, estão a antecipação do 13º de aposentados, o adiamento da cobrança de **tributos** e eventual liberação de novo saque do FGTS. Em 2020, essas medidas foram tomadas por MP (medida provisória, que tem força imediata de lei) ou portarias.

No segundo passo do plano, seria priorizada a articulação para a votação de medidas consideradas menos polêmicas. Nesse grupo, estão a autonomia do Banco Central e as leis que modernizam os marcos legais de cabotagem, gás, concessões e ferrovias.

A mesma lógica do escalonamento deve ser adotada

na **reforma tributária**. A equipe econômica é contra o texto da PEC 45, que já tramita no Congresso e unifica **tributos** federais, estaduais e municipais.

O Ministério da Economia quer começar as votações com fatias mais consensuais da reforma. Entrariam primeiro a unificação dos **tributos** federais PIS e Cofins (já enviada pelo governo ao Congresso), a redução de Imposto de Renda para empresas e a taxação de dividendos.

Ficariam para depois a fusão de outros **tributos** e a criação do imposto sobre transações financeiras. Técnicos da pasta afirmam que lançar agora pautas que não são consenso poderia atrapalhar todo o resto da agenda.

A ideia de Guedes é asar os recursos da nova CPMF para compensar uma redução de encargos trabalhistas. O plano sofre com resistência de membros do governo e lideranças partidárias.

Membros do ministério consideram importante que avance a reforma administrativa, prometida pelo novo presidente da Câmara. A avaliação é que a medida traz um sinal positivo de melhora da eficiência e zelo fiscal, embora o efeito de curto prazo sobre o Orçamento seja muito pequeno.

Mesmo com o comando do Congresso nas mãos de aliados do Planalto, as privatizações -tema considerado prioritário por Guedes- tendem a ficar em segundo plano diante da avaliação de que o tema arrefeceu desde o começo do governo.

Contribui para a visão o pedido de demissão do presidente da Eletrobras. Wilson Ferreira Júnior disse há pouco mais de uma semana que a dificuldade em aprovar a privatização da estatal no Congresso, assim como uma descrença pessoal no avanço do processo, motivou sua saída do cargo.

De qualquer forma, o Ministério da Economia comemorou o novo comando do Congresso, sob a visão de que os novos nomes vão possibilitar o diálogo sobre o formato das medidas. Antes, a perspectiva era que o debate era congestionado por um antagonismo -principalmente por parte Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara.

No ano passado, o governo viu a pauta de reformas travar no Congresso. Além da pandemia, que mudou as prioridades do Legislativo, os atritos entre Guedes e Maia acabaram dificultando o andamento da agenda.

Para pessoas próximas a Guedes, a eleição de Lira na Câmara e Pacheco no Senado deve criar uma relação mais harmônica entre os Poderes. Membros da pasta

dizem, no entanto, que seria ingenuidade acreditar que todas as pautas prioritárias serão aprovadas facilmente. Por isso, afirmam que as negociações serão feitas com cautela, em conjunto com o Planalto.

PLANOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA 2021

Aprovar o Orçamento deste ano e a PEC Emergencial

Avaliar o espaço aberto no Orçamento para novas medidas, como eventual parcela do auxílio emergencial ou novo programa social

Anunciar medidas para mitigar efeitos da pandemia, sem impacto fiscal e sem necessidade de aprovação do Congresso para começarem a valer. Estão em estudo a antecipação do 13º de aposentados, o diferimento de **tributos** e a nova liberação de saques do FGTS

Votação de medidas consideradas menos polêmicas, como autonomia do BC e leis que modernizamos marcos legais de cabotagem, gás, concessões e ferrovias

Apoiara articulação pela reforma administrativa e negociara votação de trechos mais consensuais da **reforma tributária** unificação de PIS/Cofins, redução de Imposto de Renda para empresas e taxação de dividendos

Apresentar nova proposta da Carteira Verde e Amarela, que reduz encargos para uma parcela dos trabalhadores

Medidas consideradas mais polêmicas ficam no fim da fila. A criação de um imposto como a extinta CPMF e a desoneração ampla de encargos trabalhistas ficam para um segundo momento. Privatizações também não serão o foco principal

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49426>

Comissão que avalia tributária pode ficar sem relatório final

Adriana Fernandes Daniel Weterman / BRASÍLIA

De caráter informal, a comissão mista de **reforma tributária** da Câmara e do Senado pode "morrer" sem a apresentação de um relatório final. O colegiado, formado no ano passado para construir um texto de convergência das propostas de simplificação do processo de pagamento de **impostos** que tramitam nas duas Casas, tem prazo de funcionamento até 31 de março.

O futuro da comissão será definido em conjunto pelos novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-PP). Lira quer trocar o relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aliado do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), e enfraquecer o protagonismo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, de autoria do seu adversário na eleição, o líder do MDB, Baleia Rossi (SP).

Segundo apurou o Estadão, a expectativa entre os aliados do novo presidente da Câmara é que o próprio Aguinaldo, que é do mesmo partido de Lira, acabe entregando a relatoria. Lira já fez algumas consultas a parlamentares sobre a troca de relator.

O andamento da reforma só deverá ser discutido depois da votação da mesa da Câmara - o que está previsto para hoje.

No Senado, Pacheco está sendo pressionado por membros da comissão a manter o colegiado, apesar da posição já manifestada por Lira. Membros da comissão mista querem, pelo menos, finalizar um relatório base para "não ficar feio e passar a impressão de trabalho desperdiçado".

"Sem atropelo". No dia da eleição, em discurso ao assumir o posto, Pacheco deixou claro que não pretende empreender velocidade imediata à **reforma tributária** - apontada por muitos como a mais difícil das propostas pendentes de avaliação no Congresso, dada sua alta complexidade e interesses divergentes dos setores. Ele disse que as reformas tributária e administrativa deverão ser "enfrentadas com urgência, mas sem atropelos".

A leitura foi a de que, pela fala de Pacheco, os parlamentares não devem correr com as duas

propostas. A reforma administrativa, porém, que muda a forma como os servidores são contratados, promovidos e demitidos, tem mais chance de sair na frente. Uma avaliação da "temperatura" em torno do apoio ao andamento da reforma será avaliada pelos novos presidentes.

Se a comissão mista da **reforma tributária** morrer, o cenário mais provável é que as duas PECs (a 45 da Câmara e a 110 do Senado) sejam discutidas paralelamente, uma em cada Casa.

O que é visto pelos defensores da comissão mista como uma volta à estaca zero. A da Câmara prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Já a do Senado, IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal).

Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, a proposta propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

O Ministério da Economia ainda avalia qual o melhor caminho para aprovar primeiro a CBS, um novo tributo federal no modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Como mostrou o Estadão, o ministro Paulo Guedes também não desistiu de emplacar um novo tributo nos moldes da antiga CPMF, com a justificativa de que sua receita poderia financiar a desoneração da folha.

Mas existe a avaliação de que o tema não será enfrentado de imediato porque há outras pautas consideradas prioritárias na frente, como a votação do Orçamento de 2021 e a decisão sobre o que vai caber dentro da PEC emergencial, que volta ao debate e pode ser reforçada, mas sem muitas chances de impacto imediato no corte de despesas.

Ritmo

"(Reformas) devem ser enfrentadas com urgência, mas sem atropelos." Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
PRESIDENTE DO SENADO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudança no Congresso reacende defesa das reformas por empresários

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS, JOÃO SORIMA neto e MARCELLO CORRÊA - SÃO PAULO E BRASÍLIA

A eleição de presidentes da Câmara e do Senado alinhados ao governo Bolsonaro não significa automaticamente que a agenda econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, será priorizada, segundo presidentes de entidades empresariais ouvidos pelo GLOBO. A eleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando da Câmara e do Senado, respectivamente, reacendeu, no entanto, a defesa das reformas entre o empresariado.

-À frente do Executivo na área econômica temos gente com pensamento liberal, mas quem assumiu a Câmara não necessariamente tem essa agenda liberal. É preciso verificar até que ponto existe alinhamento -diz José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da Abiplast.

Em sua opinião, a votação de um pacote de ajuda financeira à população mais vulnerável, pauta que está nos discursos de Lira e Pacheco, só é viável se houver corte de despesas: - A necessidade hoje é que se faça uma reforma administrativa para aprovar um novo auxílio emergencial. Só fazer um novo auxílio agravaria a situação fiscal e teria efeito nos juros.

DÓLAR FECHA

A R\$535 Para Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes têm agora a oportunidade de acelerar a discussão de reformas: -Se a pandemia forçar um novo auxílio, precisamos cortar gastos. E a reforma administrativa proposta é tímida.

Synésio da Costa, presidente da Abrinq (associação da indústria de brinquedos), diz que a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial e a **reforma tributária** precisam ser prioridade do Congresso. Ele acredita que o alinhamento político entre os novos chefes do Legislativo e Bolsonaro pode ser positivo.

Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, também aposta na agenda de reformas. Ele espera que as reformas administrativa e tributária, assim

como as privatizações, sejam pautadas neste ano. O grupo, que representa cerca de 300 empresas, defende ainda a criação de um imposto sobre transações financeiras. Na avaliação de Kanner, o debate pode ser destravado com a saída da presidência da Câmara de Rodrigo Maia (DEM-RJ), crítico da proposta.

O mercado viu com bons olhos a eleição de Lira e Pacheco. Ontem, o dólar fechou em forte queda frente ao real, e a Bolsa subiu diante da perspectiva de retomada da agenda de reformas. O dólar comercial recuou 1,73% e fechou a R\$ 5,35. Já o Ibovpa avançou 0,61%, aos 118.233 pontos.

-Foi uma vitória do governo, e as pautas reformistas começam a voltar ao radar-observou Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco e Lira negociam aprovar Orçamento até março



Pacheco, novo presidente do Senado: aprovar peça orçamentária até março "é algo que o parlamento deve ao Brasil"

Vandson Lima, Renan Truffi, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Fabio Graner

O presidente Jair Bolsonaro e os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-PB), darão início hoje a um movimento de aproximação em torno de uma agenda comum.

Pacheco e Lira divulgarão uma declaração conjunta de acordo em torno de agendas prioritárias. Na sequência, farão juntos uma visita a Bolsonaro no Palácio do Planalto pela manhã.

A votação do Orçamento deste ano, que estava pendente por uma briga entre Lira e seu antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ), será acelerada para que ocorra até o início de março. A aprovação das reformas tributária e administrativa no médio prazo também estão nas prioridades.

"Vamos buscar uma agenda imediata com o presidente da Câmara e com o presidente da República para podermos alinhar estratégias comuns", afirmou Pacheco, que ressaltou ainda a necessidade de se encontrar uma solução o mais breve possível para a aprovação da peça orçamentária. "É algo que o parlamento deve ao Brasil. Pato é que será uma comissão de existência muito rápida. Vamos buscar a aprovação até o mês de março".

Os trabalhos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ficaram inviabilizados pela disputa política e, diante do impasse, o Congresso Nacional teve de aprovar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021 diretamente no plenário, no fim do ano passado. Pelas regras regimentais, os integrantes da CMO de um ano têm que ser trocados no período seguinte, já que o mandato se encerra em março.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que os atuais mandatos dos parlamentares indicados para a CMO vão até a terceira semana de março. A presidente da comissão deve ser a deputada Plávia Arruda (PL-DP) e o relator do Orçamento, o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A partir de março, uma nova composição da CMO seria instalada, com um senador como presidente e um deputado como relator do Orçamento de 2021 (que deveria ter sido analisado até dezembro), porque os mandatos acabam na última terça-feira do mês.

Caso a aprovação não ocorra, uma das alternativas na mesa seria permitir excepcionalmente a recondução dos membros. Uma proposta sobre isso já existe: um projeto de resolução apresentado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS). "Entendemos, no entanto, que deveria haver uma excepcionalidade à regra, pois na prática, a CMO não existiu em 2020", justifica o parlamentar.

Outra possibilidade seria permitir que os integrantes continuassem, mas alternando o relator e o presidente da comissão para discussão respectivamente dos Orçamentos de 2021 e 2022.

Novo presidente da Câmara, Lira voltou a negar a possibilidade de retirar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) a relatoria da **reforma tributária**. Ele pedirá ao parlamentar que apresente seu parecer sobre a proposta ainda esta semana para que o tema entre em discussão. "É mentira que vou tirá-lo. Dissolução de comissão é diferente de dissolução de relator", disse.

A **reforma tributária** está em discussão na Câmara há um ano e meio. Os senadores também começaram a debater outra versão, proposta pelo ex-deputado Luís Carlos Hauly (PSDB), e o governo enviou um projeto próprio, mais simples, de simplificação apenas de **tributos** federais.

Para unificar os textos, foi criada uma comissão mista, de deputados e senadores, algo que Arthur Lira sempre criticou pela falta de embasamento regimental. Aguinaldo é o relator dessa comissão mista e também da comissão da Câmara. Barros disse que pediu Aguinaldo que apresente seu relatório para que o governo possa examinar e opinar.

No curto prazo, o governo mira a aprovação do projeto de autonomia do Banco Central, que pode entrar na pauta da próxima semana, caso esse seja o entendimento da maioria dos líderes partidários, segundo Barros. As privatizações também estão no radar - por enquanto, a única enviada ao Congresso é da Eletrobras. Lira deve promover amanhã uma reunião com todos os líderes partidários para definir a pauta da semana seguinte.

Para o líder do governo, é possível que as reformas administrativa e tributária andem ao mesmo tempo, com parlamentares diferentes cuidando das duas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo estabelece PEC Emergencial como prioridade

Lu Aiko Otta, Matheus Schuch, Ribamar Oliveira

Definidas as presidências da Câmara e do Senado, a agência da equipe econômica prevê, entre as prioridades, a aprovação do Orçamento de 2021, da PEC Emergencial e da reforma administrativa. A ideia de reforma tributária ampla foi adiada. O governo concentrará esforços para aprovar a unificação de PIS e Cofins, com a criação da Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, era adotar ajuste fiscal mais rigoroso. No entanto, encontra resistências dentro do próprio governo e de integrantes da nova base de sustentação do presidente Bolsonaro. A pressão por medidas que elevam os gastos, como a recriação do auxílio emergencial, aumentou e tem apoio de parte do governo, inclusive, de ministros próximos ao presidente.

Fontes informaram ao Valor que, embora haja consciência sobre a necessidade de controle do endividamento público, a pandemia está "se arrastando muito" e a "pressão das mas" dificilmente será ignorada. A demanda diz respeito a medidas para impulsionar o crescimento e ajudar aqueles que estão sem renda.

Para os técnicos, o tema mais urgente é a aprovação do orçamento de 2021, sem o qual, há risco de o governo ficar sem respaldo legal para pagar salários a partir de março e sob pena de descumprir a Regra de Ouro, uma vez que não poderá também emitir dívida.

O INPC chegou a 5,45% em 2020, elevando de tal forma as despesas previdenciárias e assistenciais que não será possível fechar o Orçamento de 2021 sem fazer corte adicional nos investimentos e no custeio do governo. A proposta orçamentária, enviada pelo Executivo em agosto, já prevê o menor valor para as despesas discricionárias da série histórica. A única maneira de superar seria aprovar novas medidas para reduzir despesas obrigatórias, abrindo espaço para investimentos. É por essa razão que a área técnica defende a aprovação da PEC Emergencial, que cria instrumentos para cortar despesas.

A discussão está sendo coordenada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta

orçamentária e da PEC Emergencial. É uma discussão difícil, pois envolve cortes em áreas como saúde, educação, segurança pública e incentivos fiscais, uma forma de abrir espaço para novas despesas.

Uma alternativa é abrir crédito extraordinário no Orçamento deste ano para financiar programa de ajuda emergencial, durante esta fase mais aguda da pandemia. Seria uma versão mais bem focada do auxílio emergencial, com valor e prazo menores. O crédito extraordinário pode ser aberto por medida provisória e está fora do teto de gasto. Impactaria apenas a meta de resultado primário e, assim, o endividamento público.

A equipe econômica considera, ainda, que será necessário dialogar com os novos presidentes da Câmara e do Senado para avaliar quais temas poderão ser priorizados na janela de oportunidade que vai de agora até setembro ou outubro, quando começam as articulações para as eleições de 2022.

A saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do comando da Câmara deve diminuir o antagonismo em relação ao ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo avaliações internas do governo. No entanto, o Palácio do Planalto continuará com o desafio de formar maioria para aprovar suas propostas.

Para a área econômica, a janela de votações será mais bem aproveitada se forem priorizados os temas consensuais. São os casos dos novos marcos das concessões e da cabotagem, da lei do gás e da autonomia do Banco Central.

Os técnicos argumentam que são projetos que procuram dar mais segurança aos investidores. O ministro Guedes costuma dizer que essas alterações ajudam a transformar o perfil da recuperação econômica. Se no ano passado a economia foi puxada pelo consumo e influenciada pelo pagamento do auxílio emergencial e outras medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia, em 2021 a recuperação deverá vir dos investimentos.

Existe uma montanha de dinheiro lá fora, disse um interlocutor do ministro. A ideia é atraí-lo para a infraestrutura brasileira. Mas, para isso, é necessário dar segurança quanto à estabilidade fiscal no país, o que reforça a importância de se manter o teto de

gastos.

Outro projeto que pode ser votado este ano é o da autonomia do Banco Central, que aponta para um reforço na estabilidade da moeda. A aprovação poderá ter impacto positivo no investimento e no emprego.

Esses são temas técnicos, que não envolvem disputa ideológica insuperável e que podem auxiliar na retomada da atividade econômica. Depois de aprová-los, será possível olhar para propostas que não têm consenso.

Do ponto de vista do Ministério da Economia, o mais viável é avançar com as propostas que tratam dos **tributos** federais, passando ao largo das disputas de Estados e municípios, o que ocorre no caso da discussão de uma **reforma tributária** ampla. Assim, poderia ser aprovada a reforma do PIS e da Cofins. Além dessa, a redução das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que tem como contrapartida a taxação dos dividendos.

A reforma administrativa também é considerada como urgente, embora a equipe econômica esteja consciente do lobby que será feito das corporações de servidores junto aos parlamentares. A ideia é que esta reforma, se aprovada, terá um impacto positivo considerável nas expectativas dos investidores, favorecendo a retomada da economia.

O governo trabalha numa proposta de desoneração da folha, a carteira Verde-Amarela. Mas essa enfrenta oposição até de Bolsonaro, pois seria financiada com um tributo sobre transações, algo que ele critica desde os anos 1990.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Setor privado preocupa-se com agenda de reformas

Mônica Scaramuzzo

Empresários e executivos do mercado financeiro veem um cenário mais favorável para a retomada de agenda de reformas econômicas, com as eleições de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-RJ) para a do Senado. Para o setor privado, contudo, o grande desafio do governo será resolver a equação para um novo formato do auxílio emergencial, com o recrudescimento da pandemia, com o compromisso de equilíbrio fiscal.

De acordo com empresários ouvidos pelo Valor, o presidente Jair Bolsonaro saiu fortalecido dessas eleições, eliminando no curto prazo o risco de impeachment, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, ganhou mais uma sobrevida para emplacar sua agenda liberal.

"Foi uma vitória muito contundente do governo, com uma margem muito acima da esperada. O desafio vai ser conciliar a agenda de reformas e disciplina fiscal com a gula fisiológica do Centrão", diz Ricardo Lacerda, fundador e presidente do banco de investimento BRPartners.

Segundo Lacerda, o país precisa urgentemente de reformas, sobretudo a administrativa e tributária. "Entra uma gestão do Congresso alinhada com o Executivo. Mas o Centrão é Centrão: o ímpeto fisiológico sempre fala mais alto."

No mercado financeiro, a eleição de Lira e Pacheco já era dada como certa. Mas, para fontes ouvidas pela reportagem, é preciso aproveitar a janela para colocar as pautas econômicas em votação ainda no primeiro semestre, antes que a corrida eleitoral tome conta da agenda do governo.

Embora o ambiente esteja mais favorável para debater a agenda liberal da equipe econômica, ainda há certo ceticismo por parte do mercado e da indústria para aprovação de reformas mais amplas e avanço das privatizações. "Não duvido que os temas serão colocados em pauta. Mas será que avançam? Guedes tem perdido força", diz um executivo, que preferiu não se identificar.

Em seu relatório, a XP Investimentos destacou que Lira irá buscar o pagamento de todas as faturas

empenhadas pelo governo para si mesmo e para seus apoiadores. "Para transformar a vitória em governabilidade, será preciso que Bolsonaro cumpra os compromissos firmados com os deputados que entregaram os votos na candidatura de Lira - foram prometidos bilhões em emendas e desde cargos em agências em municípios do interior até espaços no primeiro escalão do governo", diz.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil e coordenador da Coalizão Indústria, é mais otimista. Para ele, com a saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ), há clima para aprovar as principais reformas estruturantes. Apoiador declarado do presidente Jair Bolsonaro, Lopes vê o Congresso e Senado mais alinhados aos pleitos da indústria e acredita na aprovação da **reforma tributária**.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também defende a simplificação tributária e vê Congresso e Senado mais comprometidos com a vacinação. "Tanto Pacheco como Lira frisaram a importância da vacina. E isso é um sinal positivo para o mercado. Temos de dar previsibilidade", diz Rafael Cervone Netto, vice-presidente da entidade.

A velocidade do programa de imunização será importante para a retomada da economia, diz Jorge Nascimento, presidente da Eletros, que reúne a indústria eletroeletrônica e de eletrodomésticos. Nascimento defende a manutenção do auxílio emergencial em um valor abaixo dos R\$ 600, mas diz que tem de ter um compromisso do governo com o teto de gastos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Receita de Bolsonaro: sonegar - RUY CASTRO

RUY CASTRO

Em 1999, quando era pago pelos cofres públicos para se fazer passar por deputado, Jair Bolsonaro disse que "sonegava tudo o que era possível". Referia-se aos impostos que, apesar de todas as benesses, tinha de pagar e que, segundo ele, o governo mandava "para o ralo ou para a sacanagem". Ao admitir que sonegava, Bolsonaro estava incitando à desobediência civil.

Hoje, em que ele é pago pelos cofres públicos para se fazer passar por presidente, será interessante observar sua reação se uma pessoa com qualquer tribuna recomendar ao povo que deixe de lhe pagar impostos. Motivos para sonegação não faltam. Se são os impostos que permitem ao Estado funcionar e justificam sua existência, onde está a aplicação deles em saúde, educação, economia, segurança, transportes, ambiente? O país está se desfazendo-a pandemia avança à toda, brasileiros morrem por falta de oxigênio, milhões de jovens não sabem qual será seu futuro escolar, os investimentos evaporam, a mata é arrasada e o mundo nos olha com escárnio e estupor. Antes fossem o ralo e a sacanagem. Com Bolsonaro, é a morte.

Como nunca geriu nem uma quitanda de açai, ele não está nem aí para o Executivo, exceto o comando deste. E, quando se diz que é para ele que pagamos os impostos, é literal. Estamos pagando para que se reeleja.

São nossos impostos que bancam suas viagens de campanha pelo Nordeste, o suborno de prefeitos e ruralistas, os outdoors que cobrem as estradas do país com sua foto. É um palanque nacional. Mas nada supera a farsa desta segunda-feira: pagamos a Bolsonaro para ele comprar os políticos que irão protegê-lo do impeachment, aprovar suas pautas assassinas e garantir sua reeleição. E as emendas e verbas que lhes ficou devendo são apenas a entrada - as futuras prestações lhe custarão muito mais.

Não a ele. Custarão a nós - a não ser que sigamos o seu exemplo e passemos a sonegar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

26

Dólar tem firme queda e bolsa sobe após eleições no Congresso

Victor Rezende, Lucas Hirata e Felipe Saturnino De São Paulo

Passada a eleição que decidiu o comando do Congresso Nacional pelos próximos dois anos, os investidores se voltam agora ao andamento da pauta econômica e a possíveis discussões sobre o retorno do auxílio emergencial. Imersos nesse contexto e beneficiados pelo ambiente externo mais favorável a ativos de risco, os mercados locais tiveram um dia bastante favorável com queda do dólar e alta do Ibovespa.

O dólar comercial encerrou em forte baixa, de 1,73%, para R\$ 5,3543. Em relação a pares emergentes, o dólar recuava 0,72% em comparação ao peso mexicano e 0,64% contra o rand sul-africano no fim da tarde de ontem.

Já o Ibovespa fechou em alta de 0,61%, aos 118.234 pontos, depois de tocar 119.805 pontos na máxima do dia. O giro financeiro foi robusto, de R\$ 30,140 bilhões.

Com as vitórias de Arthur Lira (PP-AL) para o comando da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando do Senado, a expectativa dos agentes do mercado recai, agora, sobre a relação entre Executivo e Legislativo, mais especificamente sobre a pauta econômica e a votação do Orçamento deste ano. Declarações de Pacheco de que o Orçamento pode ser aprovado até março foram monitoradas pelos agentes, que antes viam possibilidade do projeto passar no Congresso somente em abril.

"O mercado já amanheceu com as taxas de juros futuros em queda, mas foi um movimento mais brando do que eu esperava após a vitória de Lira e de Pacheco e em um dia favorável a ativos de risco no mundo. Isso mostra que o mercado se mantém cautelosamente otimista e que deseja ver algo concreto além de apenas discursos favoráveis ao teto de gastos", afirma Danilo Alencar, trader de renda fixa da Sicredi Asset. Ele nota, ainda, que, no início da tarde, um player foi o responsável por aplicar uma ordem grande no "miolo" da curva, o que acabou se espalhando e levou as taxas às mínimas do dia.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 passou de 6,97% para 6,88%. O

movimento também foi influenciado por fatores técnicos, como o leilão semanal de NTN-Bs, diante da oferta abaixo do esperado pelo mercado de papéis com vencimento em 2026 e em 2030.

Na avaliação dos estrategistas do Citi, os resultados das eleições no Congresso poderiam ajudar, em princípio, o governo a reduzir a instabilidade política e melhorar a coordenação com o Legislativo. "Na prática, as discussões sobre o auxílio emergencial para trabalhadores informais e de baixa renda devem ser o primeiro teste para avaliar o tamanho da coalizão do governo", afirmam. Para o Citi, o que deu apoio aos preços dos ativos ontem foi a votação expressiva tanto de Ura quanto de Pacheco, que fortaleceu no mercado a interpretação de que as reformas têm maior chance.

Como os dois nomes são apoiados pelo Planalto, a nova composição política deve melhorar a governabilidade, que estava parada há algum tempo, afirma Leonardo Mo rales, gestor de ações da ASA Investments. "Acredito que voltaremos às pautas das reformas mesmo que com alguns ajustes. Os resultados parecem ser positivos para os mercados nesse momento", diz. Para ele, declarações recentes dos novos presidentes do Congresso indicam que "respeitarão o teto de gastos, mesmo querendo algum auxílio, talvez uma mudança no bolsa família 11. Logo, a perspectiva é um pouco mais favorável agora.

Entre os efeitos mais específicos na bolsa, as ações da Eletrobras podem ser beneficiadas pela melhora de perspectivas de privatização. Nesta semana, Eletrobras ON sobe 9,20% e a PN ganha 12,46%, após o presidente Jair Bolsonaro afirmar, no fim de semana, que o projeto de privatização da companhia está entre as prioridades do governo no caso de vitória de Arthur Lira para a presidência da Câmara.

Ontem, o movimento de alta na bolsa ocorreu a despeito da forte queda das ações da Vale e das siderúrgicas após tombo nos preços de minério de ferro e preocupações sobre a demanda chinesa. As ações da mineradora cederam 3,96%. Já o setor bancário sofreu com instabilidade devido a rumores, negados em seguida, de que o novo presidente da Câmara planeja elevar **impostos** sobre instituições financeiras. Além disso, as ações do Itaú recuaram 2,13% com frustração sobre os resultados do trimestre.

Site:

https://www.valor.com.br/virador?valor_pro=1#/edition/1

86663

Produção industrial recua 4,5% em 2020



» MARINA BARBOSA

A indústria brasileira fechou 2020 no vermelho, mesmo tendo registrado oito meses consecutivos de recuperação, após o impacto sofrido no início da pandemia de covid-19. Dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no acumulado do ano, a produção industrial encolheu 4,5%. O tombo é o pior desde 2016 e, segundo especialistas, só será revertido com o avanço da vacinação contra o novo coronavírus e das reformas estruturais.

Segundo o IBGE, a retração entre março e abril de 2020 foi de 27,01%, pois muitas fábricas suspenderam a produção no início da pandemia -- outras continuaram produzindo com extrema dificuldade. Uma dos exemplos mais contundentes dos problemas enfrentados pela indústria brasileira em 2020 foi o encerramento, depois de um século, das atividades da Ford no país, no começo de janeiro, com a desativação das fábricas na Bahia e em São Paulo. Mas, em meados de dezembro passado, a Mercedes-Benz fechara sua fábrica de sedans em Iracemápolis (SP).

Mesmo assim, o setor vinha se recuperando de forma constante, impulsionado pela retomada da economia e do consumo, favorecido por estímulos como o auxílio emergencial. Também contribuíram para os bons ventos a mudança de hábitos provocada pelo isolamento social -- afinal, em casa, as pessoas trocaram serviços por bens industriais como alimentos, equipamentos de informática e materiais de construção.

Ao todo, o setor registrou oito meses consecutivos de crescimento. Por isso, avançou 41,8% entre maio e dezembro do ano passado, revertendo as perdas sofridas na pandemia e alcançando um patamar 3,4% superior ao do período anterior à disseminação do

novo coronavírus. A recuperação foi mais forte do que o esperado, tanto que muitas indústrias vêm relatando falta de insumos e estoques. Segundo Luana Miranda, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pode gerar uma tendência otimista para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil, se for acompanhada de outras surpresas positivas de comércio e serviços, cujos resultados anuais serão divulgados na próxima semana pelo IBGE.

Queda generalizada

"A recuperação da economia como um todo depende da normalização da atividade e da pandemia. Ou seja, do andamento do processo da vacinação", apontou Luana Miranda

O avanço, contudo, não foi suficiente para tirar a indústria no vermelho em 2020. A queda foi generalizada em todos os setores industriais e representa o segundo ano consecutivo de retração, pois, em 2019, já havia encolhido 1,1%. "Houve uma recuperação importante ao longo de 2020. Porém, ainda há um campo importante a ser recuperado", avaliou o gerente da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, André Macedo, contando que o setor ainda está 13,2% abaixo do seu nível recorde, alcançado em maio de 2011.

O gerente-executivo de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, explicou que, depois do choque da pandemia, o setor voltou a enfrentar os mesmos desafios que vinham limitando o crescimento econômico do país antes da covid-19 -- como a falta de produtividade, a alta carga tributária e o desemprego elevado. "A indústria e a economia brasileira já não conseguiam manter um ritmo forte de crescimento pré-pandemia por conta disso. E, agora, volta ao ritmo de antes", explicou Fonseca.

Para mudar esse quadro e acelerar a produção industrial, o gerente da CNI aponta que o país está diante da necessidade de avançar nas reformas econômicas, que podem atacar esses problemas. E lembra que, também, é preciso afastar o risco de novas medidas de isolamento social para garantir a continuidade da recuperação.

Campos Neto: hora das reformas é agora

» **Marina Barbosa**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, está confiante de que o país vai avançar nas reformas econômicas agora que foram definidos os novos presidentes da Câmara e do Senado -- Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Ele explicou que as reformas são necessárias para colocar as contas públicas em ordem e, assim, fazer o país voltar a crescer.

"Estamos muito perto de começar a agenda (de reformas) no Congresso. É um grande desafio, mas acho que, passando a eleição no Congresso, temos condições de começar a solucionar esses problemas", afirmou o presidente do BC, em simpósio realizado ontem pela revista britânica *The Economist*.

De acordo com Campos Neto, antes da covid-19, o Brasil já vinha atacando as principais fontes de despesas do governo, como a Previdência e o pagamento de juros da dívida. E lembrou que a pandemia ampliou a necessidade de enfatizar esses temas, já que os gastos e o endividamento público explodiram no combate ao novo coronavírus, agravando a situação fiscal.

Campos Neto destacou, ainda, que o esforço fiscal foi grande, especialmente nos programas de transferência direta de renda, como o auxílio emergencial. Por isso, quando questionado sobre a possibilidade de o agravamento da pandemia exigir novos auxílios sociais, afirmou que qualquer iniciativa como essa tem que ser acompanhada por uma contrapartida fiscal.

Sem benefícios

Como vem fazendo desde o ano passado, o presidente do BC explicou que o país está perto de um ponto de inflexão em que o aumento dos gastos pode não trazer mais benefícios para a sociedade. Há tempos Campos Neto afirma que novas despesas vão ampliar as incertezas sobre a sustentabilidade das contas públicas e, assim, podem trazer efeitos negativos, como a alta dos juros e da inflação. "Se gastarmos mais, não sabemos se terá efeito desejável", alertou.

O presidente do BC disse que a hora é de atacar os custos da máquina pública, por meio de uma "reforma do Estado". Ele admitiu, porém, que é difícil tratar dessa agenda, embora seja cada vez mais premente

que o Brasil avance para que haja equilíbrio das contas públicas e, assim, passar a necessária credibilidade ao mercado, capaz de atrair investidores. "Precisamos mostrar que somos sérios na convergência fiscal, e isso envolve uma série de reformas", afirmou.

Centrão no comando (3)

As vitórias de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e sobretudo de Arthur Lira (PP-AL) para as presidências, respectivamente, do Senado e da Câmara consolidam a ascendência do centrão na política federal. Essa geleia geral de legendas -com poucas idéias e muito apetite por cargos e verbas- selou um pacto de ocasião com um presidente acossado pelo risco de impeachment.

Jair Bolsonaro, por seu turno, consumou o estelionato eleitoral ao despir-se dos últimos fiapos do disfarce de vingador da política que vestiu em 2018. Enganou apenas quem não acompanhou seus sete mandatos como deputado federal especializado na arraia-miúda das transações parlamentares.

Não deixa de ser uma evolução positiva, contudo, o presidente ter deixado de atihar quarteladas e escaramuças com outros Poderes e passado a fazer política, ainda que no modo rebaixado que lhe restou.

A nota preocupante nessa acomodação de interesses e interessados diz respeito ao equilíbrio institucional. Desaparece das presidências do Congresso, pelo menos enquanto o butim prometido pelo Planalto estiver sendo entregue, a disposição de confrontar investidas autoritárias de Bolsonaro.

O provável enfraquecimento do contrapeso legislativo vai requerer de outras instâncias de controle, em especial do Supremo Tribunal Federal, uma vigilância ainda mais atenta. Aumentam as chances de novos desafios contra a marcha civilizatória nos próximos meses.

O correr do tempo vai responder às dúvidas sobre o tamanho real da força parlamentar do governismo e sobre o que o presidente da República deseja fazer com ela além de se proteger da deposição.

A perspectiva para a renda e o emprego das vultosas parcelas mais pobres da população é de acentuada deterioração. Qualquer remédio que não inclua impor derrotas a grupos privilegiados pelos orçamentos e as regras públicas vai resultar em **desconfiança e inflação**.

No combate à pandemia, o horizonte não é menos carregado. Meses de incúria e falseamento da realidade por Bolsonaro deixaram o país de joelhos diante do vírus, com precária capacidade de vacinação.

Ter-se associado a chapas vencedoras na Câmara e no Senado não dota o governo de uma súbita competência ou de uma instantânea disposição para enfrentar essas batalhas cruciais. Pelo contrário, o respaldo de maiorias legislativas acaba com desculpas esfarrapadas de que o presidente não pode fazer nada contra as crises.

Talvez ele não queira fazer nada. Talvez ele não saiba como extrair bem-estar para a população brasileiro do imenso e ubíquo aparato do Executivo federal. Nesse caso, as vitórias no Congresso vão no máximo adiar a prestação de contas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49426>

"Brasil precisa somar esforços por reformas", diz novo presidente do Itaú

Aline Bronzati André Ítalo Rocha

O novo presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, que assumiu o comando da instituição ontem, disse que o foco do Brasil precisa ser somar esforços em prol de uma agenda de reformas. Ele não quis comentar sobre a possibilidade de impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

"O ponto mais importante é que não discutimos hipóteses.

O Congresso elegeu seus líderes, e a agenda que temos para o Congresso é o foco em agenda reformistas", disse, em teleconferência sobre os resultados do banco.

O executivo lembrou que as taxas de juros praticadas no mercado embutem, hoje, prêmios de risco - ligados à questão fiscal, por exemplo -, e que, portanto, o País tem de sinalizar com reformas. Para Maluhy, as três medidas mais importantes nessa área são: aprovação da PEC emergencial e as reformas tributária e administrativa.

Antes disso, o novo presidente do Itaú vê como ação mais urgente o avanço do plano de vacinação no Brasil. "Um atraso na vacinação pode comprometer metade do crescimento de 4% que esperamos para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2021", disse.

O executivo disse ainda que, em relação à pandemia, caso o governo resolva retomar o auxílio emergencial, precisa sinalizar, além da agenda de reformas, com um plano de redução de gastos. "Tivemos uma pandemia sem precedentes, e o governo fez o que tinha de fazer. Era o momento de gastar. Mas o nível de endividamento está muito alto e estamos muito próximos do teto (dos gastos)", disse.

Inadimplência. Em relação ao banco, Maluhy reconheceu que a inadimplência deve subir em 2021, mas disse que a dinâmica será melhor do que a imaginada anteriormente. Ele lembrou que, graças aos programas de renegociação de dívidas, a taxa de inadimplência do Itaú atingiu o menor nível da história. A expectativa, segundo o executivo, é que o índice de atrasos superiores a 90 dias suba em 2021 a ponto de ficar próximo dos níveis anteriores à covid-19.

Mesmo com a esperada alta da inadimplência, o custo de crédito deve cair. "Com as provisões feitas em 2020, é natural que, à medida que os atrasos subam, sejam consumidas as provisões já feitas e, por isso, o custo de crédito caia ao longo do ano, porque já houve antecipação." O executivo, que disse que 96% das carteiras de crédito já estão fora dos períodos de carência e projeta um pico da inadimplência entre o último trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2022. O crédito vem crescendo, em especial para linhas de menor risco, como veículos, imobiliário e consignado, afirmou o executivo.

Eficiência. O novo presidente do Itaú Unibanco afirmou ainda que não há uma "bala de prata" na agenda de eficiência do banco. Ressaltou que é necessário mais austeridade, com aumento da concorrência e da digitalização.

"A agenda de eficiência inclui a linha de custos e de receitas. Considerando a **inflação**, tivemos queda de mais de 7% em 2020. São números relevantes", disse Maluhy.

O banco não prevê fechar mais agências em 2021. No ano passado, foram fechadas 117 unidades físicas. "Acreditamos no meio físico. Nossa rede de atendimento será do tamanho que nossos clientes definirem." Segundo ele, a base de clientes do banco é muito heterogênea, com aqueles que só usam os canais e outros que vão às agências todos os dias.

Maluhy lembrou que o novo comitê executivo passou a ter 12 membros, o dobro de antes, com o objetivo de dar mais autonomia e velocidade à nova estrutura, simplificando e reduzindo níveis hierárquicos.

Saída de Bracher. De saída do comando do maior banco da América Latina, Candido Bracher afirmou que tinha "satisfação" em passar o bastão a seu sucessor, Milton Maluhy. "Nesses meses de transição, ele demonstrou estar tão preparado, tão dedicado, tão senhor dos assuntos do banco", disse, em teleconferência.

Bracher assumirá um assento no conselho de administração do conglomerado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reformas se impõem no início do ano legislativo (3)

Vitorioso na escolha dos presidentes da Câmara e do Senado, o governo e sua base fortalecida precisam trabalhar com rapidez para compensar 2020, ano em que pouco se fez pelas reformas, em parte devido à pandemia, mas muito em função da resistência do presidente Jair Bolsonaro às mudanças que precisam ser feitas com urgência. Se quiser mesmo lançar um novo auxílio emergencial, como deseja sua base no Congresso, não há opção para abrir o espaço fiscal necessário sem as reformas. Não há mais o que esperar para fazer andar essa agenda, prometida na campanha eleitoral que levou Bolsonaro ao Planalto.

Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado se referiram, em seus discursos de posse, tanto a reformas quanto à crise de saúde pública. São mesmo questões interligadas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que se distanciou do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), anuncia que levará ao Congresso sob novo comando propostas de resgate de projetos que já estão no Legislativo.

A iniciativa é mais do que oportuna.

O país precisa saber logo se o presidente e o Centrão estão mesmo dispostos a fazer o necessário para o Brasil resistir à maior crise da sua história e sair dela preparado para entrar numa fase de crescimento. Não dará mais para Guedes ou Bolsonaro culparem Maia pela paralisia na agenda reformista.

Guedes demonstra estar ciente de que o governo terá de agir para proteger os mais necessitados, caso a Covid-19 continue a matar mais de mil brasileiros por dia. Fala em "ir para a guerra" e acionar os protocolos de calamidade pública, como foi feito no ano passado. O auxílio emergencial acrescentou R\$ 300 bilhões às despesas, o déficit público de 2020 passou dos R\$ 700 bilhões, e o governo projeta um saldo negativo para este ano de R\$ 247 bilhões. É fácil constatar que não há margem para criar novo auxílio sem aumentar uma dívida interna já nas nuvens (90% do PIB). O Estado não dispõe de recursos infinitos. É preciso respeitar as leis da gravidade fiscal, do contrário as pressões inflacionárias porão em risco a estabilidade monetária.

Para liberar recursos no curto prazo, um bom começo é aprovar as PECs emergencial e dos fundos públicos,

que já estão no Congresso. A Emergencial tenta conter o crescimento vegetativo das despesas por meio de gatilhos acionados automaticamente para conter gastos com pessoal. O mecanismo, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi desativado pelo Supremo no caso do funcionalismo. Daí a necessidade de nova emenda à Constituição.

Para lidar com o descalabro da gestão pública, é preciso ainda dar prioridade à reforma administrativa, incluindo nela os funcionários da ativa e as categorias mais privilegiadas dos servidores. Também é necessário dar um basta no manicômio tributário e melhorar a eficiência da máquina burocrática na prestação de serviços. Outra questão crítica e urgente será a vacinação em massa, desprezada por Bolsonaro. Não há alternativa para a economia recuperar a capacidade de gerar emprego e renda senão a vacinação e o caminho das reformas.

Trabalho, como se vê, não falta. Será mais do que uma irresponsabilidade se Planalto e Congresso ignorarem as necessidades do Brasil e repetirem os erros de 2020. Lira e Pacheco, Guedes e Bolsonaro ainda têm uma oportunidade de acertar. Pode ser a última.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Piora da pandemia traz risco de recessão

Arícia Martins, Hugo Passarelli

Mesmo com a perspectiva de que o auxílio emergencial seja reeditado em 2021, a discussão sobre a sobrevivência ou não do teto de gastos foi superada e, se não houver uma piora adicional do quadro fiscal, o maior risco para a recuperação da atividade econômica seria um descontrole mais grave da pandemia. A avaliação é de Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander, que enxerga uma nova leva do "coronavoucher" em 2021. "A pandemia trouxe uma convivência possível entre o plano político e a questão fiscal", disse, em entrevista ao Valor.

No relatório "Proposições Macro para 2021", antecipado ao Valor, a equipe econômica do banco afirma que as transferências fiscais devem ser parcialmente retomadas este ano, num montante total de R\$ 25 bilhões. Esse valor seria pago ao longo de quatro meses, para 30 milhões de beneficiários não incluídos no Bolsa Família, com recursos que viriam da abertura de créditos extraordinários.

"Seria um novo auxílio temporário, de três até seis meses, com um público-alvo mais focalizado do que na primeira edição, e com uma renda menor, mais perto da do Bolsa Família", aponta a ex-secretária do Tesouro. Segundo a economista, o aumento com os gastos sociais deve ser compensado por alguma medida que ajude a conter o aumento das despesas obrigatórias, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial.

Já a janela para a aprovação de reformas mais estruturais é curta e deve ficar encavalada com a eleição de 2022. Mas se a brecha for bem aproveitada pelo Executivo, temas positivos podem avançar no Congresso ainda este ano, como a adição de mais pontos que reduzam despesas obrigatórias na PEC Emergencial, a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que consta da proposta de **reforma tributária** do governo, e a continuidade da melhoria de mais marcos regulatórios. "São questões positivas, mas não definidoras da questão fiscal", pondera ela.

Em relação à atividade, Ana Paula afirma que a estimativa do banco de alta de 2,9% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano deve ser mantida, número que contabiliza leve retração no primeiro trimestre, estabilidade no segundo trimestre e recuperação mais expressiva somente a partir da segunda metade do ano.

A economista-chefe do Santander alerta, no entanto, que o cenário está totalmente ligado ao processo de retomada da circulação de pessoas e reabertura da economia e, consequentemente, ao cronograma de imunização. Assim, uma possível intensificação da pandemia, a partir de mutações mais transmissíveis do novo coronavírus, poderia levar a uma recessão técnica no primeiro semestre.

Passada a fase mais aguda da crise, a economista alerta para agendas que deverão ser enfrentadas para retomar o **PIB** potencial, a começar pela redução da desigualdade, que deveria vir por meio de uma **reforma tributária**. Atrasos educacionais intensificados pela pandemia também devem deixar de legado um país menos produtivo.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Com a deterioração do cenário econômico, o Santander deve rever para baixo a estimativa para o crescimento do **PIB** este ano?

Ana Paula Vescovi: Não estamos com uma cabeça de mudar muito o cenário de atividade, que prevê crescimento de 2,9% para 2021. Vemos a atividade num passo bastante lento em 2021, mas com uma diferença: há uma queda suave no primeiro trimestre e uma recuperação um pouco mais aparente só no segundo semestre. Todo o nosso cenário está baseado na percepção sobre o processo de recuperação da mobilidade, que está bastante atrelado ao processo de vacinação, tanto no mundo, porque reabre a atividade global e reativa a economia, quanto no Brasil.

Valor: No cenário de vocês, até o fim de 2021, cerca de metade da população brasileira estará imunizada. Isso seria suficiente para o país voltar a crescer mais próximo do ritmo potencial?

Ana Paula: Estamos acreditando que a imunidade de rebanho, da forma como os imunologistas definem, será alcançada mais para o início de 2022. Mas à medida que o número de pessoas imunizadas, seja pela imunidade natural ou pela vacina, fique em uma escala maior, isso vai reduzir muito a mortalidade e a hospitalização. Na nossa visão, isso vai acontecer mais para o segundo semestre, o que é importante, porque permitirá que regras de contenção de mobilidade sejam relaxadas e que as pessoas tenham mais confiança na sua própria circulação. A partir daí, a gente vai começar a perceber o efeito de uma

campanha de vacinação que vai começar gradual e vai ganhar tração.

Valor: Como avalia a dinâmica do crescimento em 2021?

Ana Paula: Não é nem de longe um crescimento perto do potencial. É apenas uma recuperação de parte do que sofremos de queda no ano passado. Temos um carregamento estatístico dado pelo processo de recuperação ao longo de 2020 que praticamente nos traz este número [crescimento de 2,9% projetado para 2021]. É uma economia crescendo de lado. A gente vê uma queda no primeiro trimestre, até porque a mobilidade se reduziu no período, e recuperação mais clara na segunda metade do ano.

Valor: Há risco de que a economia entre em recessão técnica novamente no primeiro semestre?

Ana Paula: A gente vê essa possibilidade somente se tiver algo excepcional dentro do cenário de pandemia. É um risco de cauda. Como, por exemplo, termos essa variante do vírus, que já está presente em Manaus e que imunologistas alegam que começou a aparecer em outras regiões do país, saindo do controle. Que tenhamos uma nova onda muito grave em termos de contágio, aumentando hospitalizações e mortes, muito em função de uma nova cepa de vírus.

Valor: O Santander trabalha com outros cenários alternativos para 2021, diante do alto nível de incertezas?

Ana Paula: Nós construímos essa ideia do cenário-base e do cenário alternativo em 2020 porque havia uma dubiedade grande vindo da política fiscal. Mas saímos agora do cenário dual. No ano passado, a grande discussão foi se haveria reformulação dos programas sociais no Brasil e até que ponto isso seria ameaça ao teto de gastos. Não sabíamos se isso seria adotado ou não e por isso fizemos dois cenários: um benigno, em que o teto era respeitado, e um em que a gente perdendo a âncora fiscal, feríamos uma deterioração tal de condições financeiras que nos levariam a um cenário alternativo. Essa discussão foi superada. A pandemia trouxe uma convivência possível entre o plano político e a questão fiscal. O teto de gastos permite a criação de exceções, que são os créditos extraordinários, para fazer frente a situações excepcionais tal como pandemia.

Valor: Essa convivência que a sra. cita permite a volta do auxílio emergencial este ano?

Ana Paula: Pode vir uma nova edição de um auxílio emergencial dentro de um crédito extraordinário. Não seria mais um programa permanente, como um

"Renda Brasil". Seria um novo auxílio temporário, de três até seis meses, com um público-alvo mais focalizado do que na primeira edição, e com uma renda menor, mais perto da do Bolsa Família. Mas isso será de algum modo compensado com uma PEC Emergencial. Essa compensação vai ser descasada no tempo, e pode ser descasada em valor, mas deve haver algum esforço do meio político de apresentar alguma medida que ajude na contenção da despesa obrigatória permanente. Mas nada que seja para 2021; perdemos o "timing" para fazer algo com impacto neste ano.

Valor: No relatório, o Santander feda de reformas compensarem gastos extraordinários este ano, para dar sinalização mais positiva ao mercado. Como a sra. vê a influência das novas presidências de Câmara e Senado nessa pauta?

Ana Paula: Vejo o ano de 2021 como muito curto. A minha sensação é que 2020 ainda não acabou, pela extensão da crise pandêmica. E 2022 vai chegar muito mais cedo, porque as disputas eleitorais tendo em vista as eleições presidenciais vão ser antecipadas, dado essa fricção toda, principalmente na eleição da Câmara. Traduzindo isso para a janela de reformas, ela será muito curta. Por isso precisamos de uma pauta muito focada e pragmática do Ministério da Economia e da Presidência chegando agora ao Congresso, para que a gente tenha um bom uso do espaço aberto com a eleição dos candidatos preferidos do governo. Temos essa janela, mas precisamos saber usá-la.

Valor: Quais projetos devem avançar no Congresso?

Ana Paula: Vemos como itens muito positivos que podem vir nesta pauta a proposta de reformulação do relatório ainda não apresentado formalmente da PEC Emergencial, para adicionar mais impactos em termos de contenção de despesas obrigatórias; um esforço do governo em aprovar a lei do CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]; a continuidade da aprovação de marcos regulatórios setoriais, com textos que permitam abertura e aumento de competitividade em áreas como gás e cabotagem; a aprovação da autonomia do Banco Central, a simplificação da lei cambial... São questões positivas, mas não definidoras da questão fiscal, e de termos como vislumbrar uma trajetória sustentada da dívida pública.

Valor: Por que o risco fiscal não sai totalmente do cenário?

Ana Paula: Qualquer medida que se aprove agora não tem efeito em 2021. E vemos pouco espaço para aprovarmos medidas com impacto mais contundente, como uma desvinculação, ainda que temporária, em

dois ou três anos, de benefícios previdenciários assistenciais, ou uma reestruturação dos programas de assistência social, ou uma **reforma tributária** mais ampla, que não vai versar sobre despesas, mas que contribuiria para reestruturar a questão dos incentivos fiscais no Brasil, dos gastos tributários. Vamos precisar fazer uma reforma administrativa que trabalhe em várias frentes em termos de reconstrução do Estado brasileiro. A gente não vê condições de criar consensos tão difíceis neste momento e até provavelmente a construção de um novo governo em 2023.

Valor: Quando a trajetória de alta da relação dívida/**PIB** será estabilizada?

Ana Paula: Depois de alcançar um pico muito próximo de 100% do **PIB**, a dívida bruta deve, em 2027, começar um processo de convergência muito gradual, especialmente muito em função dos efeitos defasados da reforma da Previdência. Agora o que nos preocupa mais é que, ainda que a gente tenha um quadro externo de baixíssima vulnerabilidade, é muito difícil acreditar que o Brasil consiga manter por mais seis ou sete anos a geração de déficits primários. A lição dos ciclos econômicos é que eles nos trazem choques recorrentes.

Valor: O risco é o Brasil chegar em uma eventual próxima crise com ainda menos espaço fiscal?

Ana Paula: Sim. Se for preciso dar outro salto na dívida bruta, a gente não consegue impedir que as condições financeiras se deterioresem de forma muito severa. A gente não vai ver melhorias substanciais a ponto de podermos colher já em 2021 toda a melhora de condições financeiras internacionais porque isso passa pela retirada de riscos.

Valor: Essa situação está tendo reflexos na taxa de câmbio?

Ana Paula: Olhando para os fundamentos, a taxa de câmbio sofreria uma apreciação [o real se valorizaria em relação ao dólar] importante em 2021, ajudando a conter esse choque inflacionário e permitindo um ambiente mais favorável para os investidores. Mas vamos ter apreciação cambial muito menos intensa do que poderia acontecer em função da manutenção dos riscos idiossincráticos [pandemia e questão fiscal]. A gente não crê que as condições possam piorar, mas também não vemos que os riscos possam ser afastados.

Valor: O dólar ainda alto aumenta as preocupações para a dinâmica inflacionária?

Ana Paula: Fomos surpreendidos em 2020 com um

repassa da depreciação cambial nos preços domésticos, ainda que com o hiato do produto muito aberto e uma grande ociosidade na economia. Isso é um sinal de que em alguns segmentos, especialmente nos industriais, não há mais espaço para compressão de margens. E isso se agrava na medida em que a gente vai ter um ciclo de alta de juros, encarecendo os serviços financeiros das empresas e das famílias.

Valor: Quais as projeções para a **inflação** em 2021 e 2022?

Ana Paula: Além de começar o repasse de margens pelas empresas industriais, vamos ter recuperação dos preços de commodities e uma pressão nos serviços por causa da alimentação fora de casa. Ainda estamos fechando os números, mas o IPCA deverá ficar dentro das metas de 2021 e 2022. Os núcleos de **inflação** ainda deverão ficar comportados, na casa de 3%.

Valor: Quando deve começar o ciclo da alta da Selic?

Ana Paula: A normalização deve começar no primeiro semestre e vai ser parcial. Pode ser que esse ciclo de alta se interrompa ainda em 2021. Antecipamos a perspectiva do segundo para o primeiro semestre, até pela comunicação da última ata. Ainda não está decidido no nosso cenário se a primeira alta será em março ou maio. Isso deve ser colocado na próxima revisão.

Valor: O que podemos esperar para o consumo das famílias?

Ana Paula: Vemos ainda mais espaço para endividamento das famílias porque, com essa queda de quase 7% da massa salarial ampliada (que inclui o auxílio emergencial), o crédito acaba sendo um canal natural de acontecer, lembrando que parte do consumo das famílias são questões essenciais.

Valor: A chamada poupança precaucional formada durante a pandemia vai ajudar na retomada?

Ana Paula: Mais do que a tese da poupança precaucional, acreditamos na recuperação da mobilidade inclusive para explicar esse consumo que não cai tanto, até cresce um pouco, ao redor de 2% [em 2021]. É a normalização da cesta de consumo. Ou seja, as famílias voltam a consumir mais serviços à medida que a mobilidade se restabelece. Esse é um componente importante da recuperação do consumo.

Valor: Como será o legado da crise para a produtividade e capacidade produtiva?

Ana Paula: A pandemia foi uma crise diferente porque

ela não destruiu a capacidade produtiva de forma relevante. Nós fomos bem-sucedidos na sustentação da capacidade por meio de uma série de programas. Vai existir um processo de fechamento de firmas, que ainda não observamos, mas não vemos uma grande destruição de capacidade produtiva. Agora, temos uma perda educacional preocupante. Menos pessoas vão se formar e vai ter um problema de formação, então a produtividade vai ser afetada. Outro fator vai ser a tecnologia, que foi incorporada mais rapidamente na pandemia e traz mais produtividade. Mas, por outro lado, isso pode dificultar a recuperação da força de trabalho, então talvez o desemprego estrutural no Brasil aumente.

Valor: O investimento estrangeiro pode ajudar na retomada?

Ana Paula: O ambiente de negócios e o macroeconômico ainda não estão dando conta de trazer de forma relevante poupança externa e mais investidores estrangeiros e de colocar de forma mais contundente os investimentos, especialmente os em infraestrutura, para andar.

Valor: O combate à desigualdade poderia ajudar a superar crise?

Ana Paula: A gente precisa dar um sinal mais claro enquanto sociedade de como vai resolver esse problema da desigualdade. Acreditamos que recuperar o **PIB** potencial brasileiro passa por medidas que também resolvam essa questão da desigualdade, e por isso nós insistimos muito nessa questão da reforma tributária, assim como na reestruturação da assistência social.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Avanço da agenda de reformas é peça chave para fortalecimento do real

Felipe Saturnino e Marcelo Osakabe De São Paulo

A definição da presidência do Congresso, crucial para o progresso da agenda liberal do governo, a perspectiva de alta da Selic, mais provável após a última reunião do Copom, e o cenário externo, francamente a favor da queda do dólar, formam um ambiente positivo para a apreciação do real em 2021. Mas o movimento de valorização cambial só deve se concretizar à medida que a pauta de reformas de fato avançar no Brasil, reduzindo a percepção cautelosa dos agentes sobre as contas públicas, dizem analistas ouvidos pelo Valor.

"Há um bom espaço para o real se valorizar daqui para frente, mas isso depende de avanços concretos na agenda de reformas, já que o risco fiscal é bastante elevado", diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho. Em seus cálculos, o real se encontra atualmente 11% subvalorizado em relação à média de uma cesta de moedas emergentes, o que dá margem para a apreciação da divisa, a depender de progresso na pauta liberal.

O estrategista avalia que permanecem incertezas relacionadas à articulação entre Executivo e Legislativo na consolidação dessa agenda. Ele repara que o primeiro trimestre será desafiador para a economia e poderá afetar o câmbio e outros ativos locais, uma vez que a atividade deve desacelerar e a **inflação** alcançará altos patamares. "Isso elevará a pressão por gastos públicos e, conseqüentemente, vai ser demandada uma grande convicção do governo sobre a necessidade de ajuste fiscal." O CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci, analisa que a performance do real não está apenas ligada aos ruídos políticos, mas que hoje ela implica baixa perspectiva de aprovação de reformas. "A ênfase do Legislativo ou não na pauta liberal e a relação com o Executivo serão determinantes para o dólar", argumenta ele, vendo boas chances de aprovação da reforma administrativa, bandeira de Arthur Lira (PP-AL) na campanha para a Câmara dos Deputados. Lucci cita o ritmo de vacinação, o cenário externo e o "carry trade" - ligado à baixa taxa de juros e ao menor diferencial com o exterior - como outros fatores que pesam no real.

A avaliação de economistas é que a elevação da Selic é um fator de pouco peso no nível de preço da divisa americana, apesar de sua elevação aumentar o

diferencial de juros em relação a outras economias. O progresso nas reformas e a melhora na avaliação de risco fiscal, sustentam os profissionais, ainda se sobrepõem aos efeitos da política monetária muito frouxa, sendo os principais drivers para permitir um dólar abaixo de R\$ 5.

Na semana passada, um ajuste na comunicação do Banco Central em relação ao futuro do juro básico, adotando tom "do-vish" em relação ao que apresentou no **comunicado** e na ata, contribuiu para devolver o dólar a patamares maiores.

"Achamos que a alta de juros pode não ser suficiente para mudar a tendência da moeda", diz Juan Prada, estrategista de câmbio do Barclays, completando que não vê o início do aperto como um "gamechanger". "O BC precisaria aumentar os juros mais cedo devido aos riscos inflacionários impulsionados por aumento potencial nos gastos fiscais em resposta à piora da pandemia", sustenta, citando não se tratar de caso de melhora dos fundamentos para o real.

"O juro teria de ser muito maior para trazer o estrangeiro para operar diferencial de juros na renda fixa", diz Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos. Abdelmalack concorda com a avaliação segundo a qual o dólar tem a tendência de se enfraquecer globalmente, em virtude da continuidade do afrouxamento monetário por parte do Federal Reserve.

Entretanto, o andamento das reformas permanece um fator de cautela nas contas de Abdelmalack em relação ao real - a projeção dela para moeda americana ao fim do ano é de R\$ 5,05, ligeiramente acima do projetado na pesquisa Focus do Banco Central. "O exterior favorável ao dólar fraco dá um bom espaço para nos recuperarmos e andarmos perto dos fundamentos, mas temos que sinalizar um orçamento saudável, passar alguma reforma, como a tributária, o que não é simples", completa ela, que vê chances de dólar a R\$ 4,75 no cenário de andamento da agenda.

O Santander era uma das instituições otimistas com o câmbio, projetando o dólar a R\$ 4,60 ao fim do ano. Mas sinalizações fiscais controversas de duas semanas atrás e dúvidas sobre o avanço de reformas puseram a expectativa com a moeda em revisão. O espaço para apreciação do real liga-se à aprovação de

reformas que controlem o gasto, diz Jan-kiel Silva, economista do banco. "Uma versão diluída da PEC Emergencial, uma consolidação fiscal ou reestruturação do Orçamento - reformas que limitem o gasto tirariam o prêmio implicado na nossa moeda hoje", afirma.

O UBS BB enxerga uma tendência positiva para o real com base no cenário externo, tendo em vista os termos de troca favoráveis ligados ao altos preços das commodities - desde que o nível de auxílio emergencial à população seja menor em comparação ao do ano passado.

"O dólar precifica a nossa resposta fiscal e ela foi maior do que a dos pares, sendo que nossa relação dívida/**PIB** é a mais delicada, e já temos um novo questionamento sobre o fiscal agora", afirma Fabio Ramos, economista da casa, que prevê taxa de câmbio a R\$ 4,95 por dólar no fim de 2021.

O BNP Paribas está entre as exceções, analisando que um ciclo de alta de taxa de juros pode fornecer o ímpeto para apreciar significativamente a divisa brasileira até o fim do ano. A taxa de câmbio de dólar a R\$ 4,25 em dezembro é a projeção de Samuel Castro, estrategista para América Latina do banco, call que ele admite ser "bem agressivo".

"Nossa moeda está frágil em termos de taxa de carregamento, impedindo um "catch up" com nossos termos de troca", explica. "O real tem muito a andar, existem fatores estruturais da economia global que favorecem a apreciação", diz ele, referindo-se à política do Fed e mencionando a questão fiscal e a agenda de reformas como "apenas uma parte da história".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186663

A matemática dos cargos é atropelada por 2022 - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

A disputa de 2022 atingiu em cheio as pretensões de deputados e senadores de ocupar cargos no governo. É que, ao atender os novos aliados, o presidente pode acabar prejudicando aqueles que apoiaram sua candidatura em 2018, como os sujeitos que compram um apartamento na planta. Um dos maiores exemplos está no Distrito Federal.

A deputada Celina Leão (PP-DF) circulou na festa em homenagem a Arthur Lira e alguns brincaram, chamando-a de ministra do Esporte. Só tem um probleminha: Bolsonaro não decidiu recriar esse ministério e, no DF, os primeiros da fila no coração do capitão são o ex-deputado Alberto Fraga (DEM-DF) e a deputada Bia Kicis (PSL-DF), fiéis escudeiros. Ambos são, a preços de hoje, candidatos a deputados em 2022 e, como não haverá coligação, dificilmente, Bolsonaro abrirá uma vaga no governo para uma potencial adversária de seus melhores amigos.

Arthur queria a Mesa inteira

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de anular o bloco de Baleia Rossi (MDB-SP), como seu primeiro ato, foi feita de caso pensado para dar ao bloco do Centrão e simpatizantes todos os cargos da Mesa Diretora ou, no mínimo, folgada maioria.

O diálogo do eu consigo

O jogo de Lira e do PP é evitar o placar de três a três na distribuição de cargos da Mesa, desenhada pela configuração dos blocos definidos na manhã de segunda-feira, e garantir maioria de parlamentares aliados ao Centrão na Mesa Diretora. Afinal, Lira prometeu que as decisões da Casa serão colegiadas. Agora, com quatro a dois, o presidente assegura que as coisas não fugirão ao seu controle.

Só teve um "probleminha"

O fato de Lira começar a gestão com uma "canetada" jogou ao vento todo o discurso de que a Mesa é equidistante da direita e da esquerda. Agora, apesar do acordo, será difícil restabelecer a confiança.

Dia da caça

A avaliação geral é de que o presidente do MDB e líder do partido, Baleia Rossi, terminou poupado por Arthur Lira porque o governo, hoje, não pode prescindir dos votos emedebistas. Só tem um probleminha: a retirada dos cargos dos deputados do partido deixou sequelas. E, sabe como é, o MDB, quando pode, se vinga.

Dia do caçador

O presidente Jair Bolsonaro quer ir, hoje, ao Congresso levar a mensagem presidencial de abertura do ano legislativo e mostrar que deseja uma relação cordial com o Parlamento. Não falará de **reforma ministerial** e, sim, da necessidade de reformas constitucionais.

Curtidas

Lira com "i"/ Nas rodinhas de Brasília dos aficionados por BBB, Arthur Lira vem sendo comparado à rapper Karol Conká, no BBB 21. Faz sucesso na Casa, mas, no público externo, é só paulada.

Bia Kicis na CCJ/ Conforme adiantou, dia desses, a coluna, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) foi indicada pelo partido e vai presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Bia não será uma neófito ali. É advogada e procuradora do DF e já foi vice-presidente do colegiado.

E o Rodrigo, hein?/ Mais calmo, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (foto) não definiu destino nem sabe mais se mudará de partido. Entre os amigos, é citado como alguém que jogou um cesto de pedras para cima e se esqueceu de sair de baixo. Agora, é se recuperar das pedradas para poder se mover.

O baile da ilha fiscal/ Se o primeiro ato do presidente Arthur Lira jogou fora o discurso de respeito às minorias, a festa para 300 pessoas até as 4h da matina tirou dos deputados o discurso de preocupação com a pandemia. A maioria desfilou sem máscara, como nos velhos e bons tempos em que os vírus resultavam em "gripezinha". Num coquetel, com comes e bebes servidos o tempo todo, fica difícil manter o uso do acessório. Ocorre que, com a nova cepa do coronavírus circulando por aí, até quem já teve a doença não está seguro.

Enquanto isso, no Senado.../ O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, dispensou comemorações. Recebeu o governador de Minas, Romeu Zema, e se reuniu com alguns senadores para tratar dos cargos da Mesa Diretora. Já ganhou o apelido de Rodrigo, o discreto.

Para saber se centrão é fiel, Planalto avalia mudar ministros a conta-gotas

**Gustavo Uribe, Daniel Carvalho e Thiago Resende -
brasília**

Com a vitória de dois aliados para comandar o Senado e a Câmara, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) discute agora fazer uma **reforma ministerial** a conta-gotas para testar a fidelidade dos partidos do centrão à pauta governista.

O presidente ouviu de ministros que participam da articulação política que, neste primeiro momento, a abertura de espaço amplo para a base aliada na Esplanada dos Ministérios pode ter efeitos indesejados no futuro.

O primeiro é o risco de sofrer traições em votações de projetos, já que hoje a ocupação de espaços não está vinculada diretamente à pauta governista. Para evitar surpresas negativas, a estratégia defendida é que o presidente só entregue os cargos prometidos após a aprovação de propostas prioritárias.

O segundo é a possibilidade de que um pagamento integral da fatura estimule os partidos do centrão a exigirem mais espaço no primeiro e no segundo escalões em um futuro próximo, obrigando o presidente a entregar mais cargos do que o pretendido inicialmente.

Contra efeitos colaterais em médio prazo, a ideia é, neste primeiro momento, nomear indicados dos partidos aliados em apenas duas pastas: Cidadania e Desenvolvimento Regional. A primeira seria usada para fazer um aceno à Câmara, e a segunda, uma sinalização ao Senado.

Na segunda-feira (iº), Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-PI) venceram com grande vantagem seus adversários no Senado e na Câmara, respectivamente, após intervenção do Palácio do Planalto, que ofereceu emendas e cargos.

Apesar das vitórias expressivas, o Planalto ainda não sabe o tamanho real de sua nova base aliada, já que os 302 votos recebidos por Lira e os 57 que elegeram Pacheco não são, necessariamente, de parlamentares bolsonaristas.

Para abrir espaço na pasta da Cidadania, como a Folha noticiou em janeiro, a ideia é transferir o ministro

Onyx Lorenzoni (DEM) para a Secretaria-Geral, desde o início do ano sem ministro efetivo.

Para acomodar Onyx, a pasta deve ser desidratada, perdendo o comando da SAJ (Sub-chefia para Assuntos Jurídicos), que passará a ser vinculada diretamente ao gabinete presidencial.

Para o comando da Cidadania, o favorito é o deputado federal Márcio Marinho (Re-publicanos-BA), que integra a bancada evangélica e é próximo do presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP). A legenda se alinhou a Lira após indicações de cargos na máquina federal.

Marinho foi líder do partido em 2016, quando o Republicanos, na época ainda chamado de PRB, desembarcou do governo Dilma Rousseff (PT) e apoiou seu impeachment. Um dos pontos de discordância alegados era a política econômica.

Em 2020, ele defendeu a ampliação do auxílio emergencial para atender também a profissionais do setor cultural, o que sofreu resistência da equipe econômica.

O Ministério da Cidadania foi responsável pelo pagamento do auxílio financeiro e cuida do programa Bolsa Família, que, nos planos do governo, deve ser reforçado.

Já o comando de Desenvolvimento Regional foi oferecido ao agora ex- presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), que recusou, mas quer indicar aliado para o posto.

O principal nome avaliado por ele para a posição é o do líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO). A nomeação serviria como compensação ao MDB, que tem a maior bancada do Senado e, após pressão do Planalto, abriu mão do apoio à candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS) ao comando da Casa.

Pela nova estratégia do governo, as demais mudanças em pastas ministeriais ficariam para o segundo trimestre, quando o Planalto pretende aprovar a reforma administrativa.

O segundo pacote de mudanças pode envolver, por

exemplo, a recriação do Ministério do Esporte e a alteração no comando da Saúde. Rara o primeiro posto, a principal cotada é a deputada federal Celina Leão (PP- DF), aliada de Lira.

Para o segundo, é defendido desde o ano passado o nome do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que foi ministro da pasta durante o governo de Michel **Temer** (MDB). O nome dele já foi citado em reunião recente promovida na Casa Civil.

Bolsonaro ainda não decidiu se irá recriar a pasta de Indústria e Comércio, desmembrada da Economia. Se levar adiante a proposta, mesmo a contragosto de Guedes, a ideia é que seja entregue também ao Republicanos.

Apesar da pressão pela saída do ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o presidente sinaliza que não fará mudanças por ora. Bolsonaro, contudo, não descarta trocá-lo a qualquer momento caso o desgaste da imagem dele se agrave.

Para o Itamaraty, três nomes são avaliados, sendo dois embaixadores: André Corrêa do Lago, hoje na Índia, e Nestor Forster, nos EUA.

O primeiro é neto do diplomata Oswaldo Aranha e ajudou a destravar o transporte das vacinas da Índia. O segundo tem o apoio do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Com a indicação, além de nomear alguém de sua confiança para o cargo de ministro, o presidente sinalizaria ao governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, uma mudança de postura ao escolher um novo chanceler.

Uma terceira opção em análise é o nome do atual secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha. Além de falar cinco idiomas, o militar já foi enviado pelo presidente para missões diplomáticas no Líbano e na Argentina.

Alcolumbre quer pasta para PSD e chefiar CCJ

Ainda colhendo os louros políticos pela vitória de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) negocia indicar um nome para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Segundo interlocutores do senador, o favorito é Nelsinho Trad (MS), líder do PSD de Gilberto Kassab na Casa.

Se o arranjo vingar, Alcolumbre não iria para o governo, como foi especulado inicialmente, buscando preservar imagem de certa independência. Mas ocuparia um dos mais poderosos cargos no Senado, o

de presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49426>

Eleição no Congresso muda equilíbrio das forças políticas

JOÃO PAULO SACONI

A eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando do Senado representa uma mudança no equilíbrio das forças políticas envolvidas na disputa de poder no Congresso.

Além dos dois candidatos vitoriosos, o cenário é positivo para o presidente Jair Bolsonaro e também para o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP). O Palácio do Planalto agiu para garantir a eleição dos dois, prometendo a liberação de emendas ao Orçamento e negociando cargos. Já Alcolumbre foi o articulador da candidatura de Pacheco.

O Centrão, fiador de ambas as candidaturas eleitas, também é um grande beneficiado pelo resultado.

Na contramão, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), vivem dilemas partidários após terem falhado na tentativa de emplacar Baleia Rossi (MDB-SP) como antídoto ao bolsonarismo. Também sofreram reveses a oposição e os defensores de uma "nova política" no Legislativo.

SOBE

ARTHUR LIRA Conhecido como um "cumpridor de acordos", o novo presidente da Câmara comprovou sua habilidade para negociar votos. Ao inviabilizar o apoio do DEM de Rodrigo Maia (RJ) a Baleia Rossi (MDB-SP), acabou esvaziando os últimos momentos do antecessor no comando da Casa.

RODRIGO PACHECO Com o apoio do bolsonarismo e do PT, o recém-eleito presidente do Senado criou uma coalização inexistente na vitória de Davi Alcolumbre (DEM-AP). Seu antecessor, há dois anos, Pacheco superou por ampla diferença a adversária, Simone Tebet (MDB-MS).

JAIR BOLSONARO O presidente, que atuou para influenciar votos de parlamentares, conta com os aliados no Congresso para evitar processos de impeachment e emplacar pautas governistas, com o as de costumes e mais conservadoras.

A Bolsonaro, também pertence o triunfo sobre Maia,

seu desafeto.

DAVI ALCOLUMBRE Após emplacar Pacheco como sucessor, Alcolumbre deixa o cargo reconhecido como um parlamentar capaz de conciliar interesses, como fez com os do governo e da oposição. Ainda que não conquiste um ministério, deve seguir influente. Ele é cotado para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma das mais relevantes da Casa.

CENTRÃO Siglas como PP, PL, Republicanos, PSD, e PTB apoiaram formalmente Lira-ele é líder do grupo -e parte delas esteve com Pacheco. Parlamentares do grupo seguirão com capital político para barganhar em votação relevantes para o governo e devem ser beneficiados com cargos e emendas, fruto da negociação nos bastidores da eleição. A **reforma ministerial** que se aproxima também deve garantir o comando de pastas relevantes, como a Cidadania, responsável pelo Bolsa Família.

DESCE

RODRIGO MAIA Maia deixou o comando da Câmara após dias de conflito público com figuras do governo e uma crise com o DEM, seu próprio partido, que retirou o apoio a Baleia na véspera da eleição. Ele chegou a ameaçar deixar a sigla, numa celeuma que segue sem solução e pode afetar outros quadros. A derrota também pode prejudicar a articulação de uma frente anti-Bolsonaro em 2022.

JOÃO DORIA A ameaça de desembarque do PSDB do bloco de apoio a Baleia demonstrou que o governador de São Paulo ainda enfrenta resistência em suas tentativas de influenciar nacionalmente as posições tucanas. E o desfecho da eleição na Câmara representou uma derrota de Doria perante Bolsonaro. Os dois ensaiam se enfrentar em 2022.

IMPEACHMENT Apoiada pela oposição e ventilada por Maia nos últimos dias, a defesa da abertura de um pedido de impeachment contra Bolsonaro perdeu força com a eleição de aliados do presidente para os comandos da Câmara e do Senado.

OPOSIÇÃO Partidos que se opõem a Bolsonaro sofreram um revés ao não conseguirem emplacar Baleia na presidência da Câmara. Na Casa, tiveram dificuldade para se unir, com o PSOL lançando uma

candidatura própria. No Senado, aderiram à candidatura apoiada pelo próprio Bolsonaro. Houve também dificuldade de engajar outros atores sociais, externos à política. Nas redes sociais, por exemplo, o debate foi dominado por apoiadores de Bolsonaro e Lira.

NOVA POLÍTICA Com a ascensão do Centrão nas duas casas do Legislativo, pautas relevantes para movimentos cuja bandeira é a renovação política devem ser deixadas de lado. É o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite a prisão em segunda instância, por exemplo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>